

EMERSON BERLEZE

**ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL :
PERÍODO 1995 - 2000**

Monografia apresentada ao Departamento de
Contabilidade do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito para obtenção do título de
Especialista no Curso de Pós-Graduação em
Gestão de Negócios 2003
Orientador: Professor Vilson José Masutti, Dr.

**CURITIBA
2004**

RESUMO

BERLEZE, Emerson. ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL : PERÍODO 1995 - 2000. Essa monografia tem como objetivo mostrar que com o surgimento do sistema capitalista de produção e conseqüente utilização do trabalho assalariado em larga escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia. De uma forma bastante ampla, ele pode ser entendido como a compra e venda de serviços de mão-de-obra, representando o "locus" onde trabalhadores e empresários se confrontam e, dentro de um processo de negociação coletiva que ocorre algumas vezes com a interferência do Estado, determinam conjuntamente os níveis de salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho. A partir daí define-se mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo que são objeto de legislação específica que as regula. Em contraposição existe o chamado mercado informal de trabalho, em que prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental. Nos anos 90, ocorreu um exagero de algumas tendências negativas do quadro ocupacional do país, que já vinham se manifestando desde a década de 80. Nesse contexto estrutural, a estabilidade de preços trazida pelo Plano Real, com a drástica queda do imposto inflacionário e com o fim da instabilidade dos níveis reais de rendimento corrente, repercutiu favoravelmente para a maioria da população e evidentemente contou com forte apoio da mesma. A partir de então já era possível prever e até mesmo consumir bens duráveis, sobretudo porque houve uma queda dos preços relativos da cesta básica de alimentos e uma ampliação do crédito ao consumo. Desses resultados à redistribuição positiva da renda e à diminuição da pobreza trazidas pelo Real, e a crença da continuidade desse processo, ocorre um hiato que deve ser observado. Mesmo porque a mera estabilidade de preços não é condição suficiente para superar o quadro de desigualdade e pobreza, e nem mesmo sua condição inicial na medida em que ela própria envolve a ampliação do desemprego e da instabilidade estrutural da economia brasileira.

Palavras-chave : desemprego friccional, mercado formal de trabalho, mercado informal de trabalho, trabalhadores qualificados, qualificação profissional

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Emprego no setor de serviços – 1989/1996.....	59
Tabela 02 – Taxas de crescimento da população e da pea no brasil, estimativas e projetadas – 1980/2020 – em (%).....	62
Tabela 03 – Ocupação agrícola e não agrícola – brasil 1992/1996 (em 1.000 pessoas).....	64
Tabela 04 – Evolução do emprego formal – brasil 1990/1997.....	67
Tabela 05 – Distribuição regional do emprego formal - Brasil 1990/1995 (em %). 70	
Tabela 06 – Média das áreas metropolitanas – taxa mensal de desemprego aberto e relação entre as taxas – Brasil – 1994/1998.....	77
Tabela 07 – áreas metropolitanas, taxas médias anuais de desemprego, relação com a taxa média das seis regiões metropolitanas – Brasil 1990/1997.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Teoria clássica do emprego e do produto.....	13
Figura 02 – Curva de oferta e demanda agregada keynesiana.....	19
Figura 03 – Produto e emprego no modelo novo-clássico.....	23
Figura 04 – População, força de trabalho e mercado de trabalho.....	55
Figura 05 – Movimento de trabalhadores e a dinâmica do mercado de trabalho..	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Índice da evolução do emprego: total das atividades e da indústria de transformação – Brasil – 1985/1997.....	66
Gráfico 02 – índice da evolução do emprego e da produtividade industrial (homem/hora) média trimestralmente móvel – Brasil – jan/91 à dez/97.....	68
Gráfico 03 – média das seis área metropolitanas, evolução do grau de informalização com base na média móvel trimestral – Brasil – 1991 (ii) à 1997 (iv).....	69
Gráfico 04 – Média das seis áreas metropolitanas, índice da evolução da ocupação setorial com base na média mensal anual – Brasil – 1991/1997.....	72
Gráfico 05 – Taxa de desemprego em países selecionados 1996/1997.....	73
Gráfico 06 – Média das seis áreas metropolitanas, evolução da taxa de desemprego aberto, média anual – brasil – 1992/1997.....	74
Gráfico 07 – Média das seis áreas metropolitanas, evolução da taxa de desemprego aberto – Brasil – jan/90-jan/98.....	75
Gráfico 08 – Média das seis áreas metropolitanas, evolução da taxa de desemprego com base na média móvel trimestral – Brasil – 1991(ii) à 1997 (iv)...	75
Gráfico 09 – Área metropolitana de SP, média das cinco áreas (Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro) e média das seis áreas, evolução da taxa de desemprego aberto – Brasil – jan/94 à jan/98.....	76
Gráfico 10 – Índice da evolução do salário médio real – Fiesp – jan/94 à dez/97.....	80
Gráfico 11 – Média das seis áreas metropolitanas, índice da evolução do rendimento real do pessoal ocupado Brasil 1990/1997.....	81

LISTA DE SIGLAS

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CODEFAT	- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DIEESE	- Dpto Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
PEA	- População Economicamente Ativa
PED	- Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	- População em Idade Ativa
PME	- Política Mensal de Emprego
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIM	- Pesquisa Industrial Mensal
SEADE	- Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	- Serviço Nacional do Comércio
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
SENAR	- Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
SESI	- Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

RESUMO.....	ii
LISTA DE TABELAS.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
INTRODUÇÃO	9
1.1 ABORDAGEM CLÁSSICA.....	12
1.1.1 <i>Lei de Say</i>	15
1.2 ABORDAGEM NEOCLÁSSICA.....	16
1.3 ABORDAGEM KEYNESIANA.....	18
1.4 ABORDAGEM NOVO-CLÁSSICO.....	20
1.4.1 <i>Modelo de Ciclos Reais de Negócios</i>	23
1.4.2 <i>Economia Novo-Keynesiana</i>	24
2 CAUSAS DO DESEMPREGO.....	30
2.1 TEORIAS DO DESEMPREGO	30
2.2 PESQUISAS SOBRE DESEMPREGO.....	35
2.3 A POLÍTICA DO EMPREGO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.....	38
2.3.1 <i>Plano Real</i>	43
2.4 A POLÍTICA DE EMPREGO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO	45
2.4.1 <i>As Políticas Ativas</i>	47
2.4.2 <i>A Política de Reestruturação Produtiva</i>	49
2.5 A POLÍTICA DE EMPREGO E O CUSTO DO TRABALHO OU ENCARGOS.....	50
2.6 A POLÍTICA DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	52
3 A ATIVIDADE ECONÔMICA E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE	53
TRABALHO.....	53
3.1 A FORÇA DE TRABALHO, PEA.....	54
3.1.2 <i>A dinâmica do mercado de trabalho</i>	56
3.2 A DÉCADA DE 90 E OS SETORES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS.....	58
4 A GLOBALIZAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS DO	
GOVERNO	61
4.1 DIAGNÓSTICOS DO MERCADO DE TRABALHO.....	61
4.1.1 <i>A Oferta: Tendências no Crescimento da Força de Trabalho e sua Composição por Sexo e Idade</i>	61
4.1.2 <i>A Demanda, Principais Tendências Estruturais e o Crescimento da Ocupação</i>	63
4.1.3 <i>Declínio do Emprego Formal</i>	64
4.1.4 <i>O Crescimento da Informalidade</i>	68

4.1.5	<i>Mudanças na Composição Regional do Emprego.....</i>	70
4.1.6	<i>Mudanças na Composição Setorial do Emprego.....</i>	71
4.1.7	<i>O Descompasso entre a Oferta e a Demanda de Trabalho.....</i>	72
4.1.8	<i>Os Rendimentos, o Custo e a Produtividade do Trabalho.....</i>	79
CONCLUSÃO.....		83
REFERÊNCIAS		87

INTRODUÇÃO

Com o presente estudo, sobre o mercado de trabalho no Brasil, será apresentado uma transformação lenta e progressiva do mesmo. O país passou a fazer parte de uma nova ordem econômica e global. Devido a globalização eliminaram-se barreiras aos movimentos de capital, mercadorias e trabalho. A globalização do Brasil, impacta em todos os aspectos econômicos e políticos do país. É difícil isolar os argumentos econômicos das suas implicações políticas e sociais. A oferta de mão-de-obra vem sofrendo mudanças bastante significativas, em razão do aumento no ritmo de crescimento da população e de seus efeitos sobre a estrutura etária, e do rápido aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Do lado da demanda, mudanças profundas também estão ocorrendo. O processo de abertura da economia brasileira, a incorporação de mudanças tecnológicas, novas formas de gestão de mão-de-obra, o impacto das relações de trabalho sobre os custos do fator trabalho e a necessidade crescente de aumento da produtividade impõem transformações significativas no volume, no ritmo e na qualidade dos novos empregos.

O conceito de globalização quando direcionado ao mercado de trabalho pode ser definido como um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos da produção.

Sabendo-se das alterações que estão ocorrendo no processo produtivo, que está afetando de forma direta o mercado de trabalho, este trabalho tem como objetivo geral verificar as causas principais do crescimento dos níveis de desemprego no Brasil no período compreendido entre 1995-2000, inclusive fazendo uma abordagem ao Plano Real, apontando as principais causas que este plano de estabilização acabou ocasionando dentro do contexto social, em particular, o que ocorreu para que desencadeasse uma questão tão delicada quanto ao número alarmante de desempregados no Brasil. Este objetivo, fará menção também aos

Estados Brasileiros, onde são realizadas pesquisas de desemprego, pelo IBGE, DIEESE entre outros órgãos de estatística.

O primeiro capítulo mostra o estudo do desemprego e suas conseqüências ao longo da história, dentro das visões neoclássicas, keynesiana e novo-clássica. O enfoque é dado à questão do pleno emprego e a ocorrência de desemprego voluntário, friccional e involuntário; em seguida, são apresentadas as modernas teorias do desemprego, as quais buscam caracterizar o desemprego apontando as medidas de política econômica para combatê-lo.

O segundo capítulo enfoca o mercado de trabalho, as causas e teorias do desemprego visto sob a ótica da globalização e algumas políticas realizadas pelo governo, com intuito de amenizar a questão do desemprego.

O terceiro capítulo faz uma explanação do mercado de trabalho na década de 90, sobressaltando o Plano Real, a abertura econômica e demonstra uma prévia aos setores da indústria, comércio e serviços frente ao cenário da economia descrito anteriormente.

O quarto e último capítulo, demonstra a atual situação em que se encontra o país, no que diz respeito as taxas de desemprego, quais as principais causas e conseqüências e a influência do governo com relação a política pública a fim de amenizar o impacto negativo ocasionado pela falta de ocupação.

1 O ESTUDO DO EMPREGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS AO LONGO DA HISTÓRIA

A teoria do emprego será apresentada pelas teorias econômicas de vários economistas, os quais contribuíram substancialmente para o entendimento do sistema econômico mundial; dentre os quais destaca-se a teoria clássica, neoclássica, keynesiana e novo-clássica.

Dizem-se clássicos, todos os economistas que tinham escrito sobre questões macroeconômicas antes de 1936, a questão é que o termo moderno distingue dois períodos da teoria econômica. O primeiro denominado clássicos, é dominado pelas obras de A Riqueza das Nações (1776), por Adam Smith, Princípios de Economia Política (1817), por David Ricardo, Tratado de Política Econômica (1814), por Jean Baptiste Say e por fim Princípios de Economia Política (1848), por John Stuart Mill. O segundo, chamado período neoclássico, tem como principais representantes Alfred Marshall (Princípios da Economia, 1920) e A.C. Pigou (A Teoria do Desemprego, 1933).

A economia Keynesiana pregava a intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936. Tais políticas propunham solucionar o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos. As propostas da chamada “revolução keynesiana” foram feitas no momento em que a economia mundial sofria o impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial.

Já a economia novo-clássica foi desenvolvida tendo como pano de fundo a alta inflação e o desemprego da década de 1970. Suas origens teóricas são provenientes da economia clássica e defende políticas não intervencionistas.

1.1 ABORDAGEM CLÁSSICA

A economia clássica foi de encontro, como uma revolução, contra a ortodoxia anterior, conhecida como mercantilismo, cujas idéias principais se baseavam na crença de que a riqueza e o poder de uma nação fossem determinados por seus estoques de metais preciosos (metalismo), e a crença na necessidade da intervenção estatal para direcionar o desenvolvimento do capitalismo. O emprego da ação estatal era defendido no sentido de desenvolver a indústria doméstica, reduzir o consumo de bens importados e desenvolver os recursos naturais e humanos.

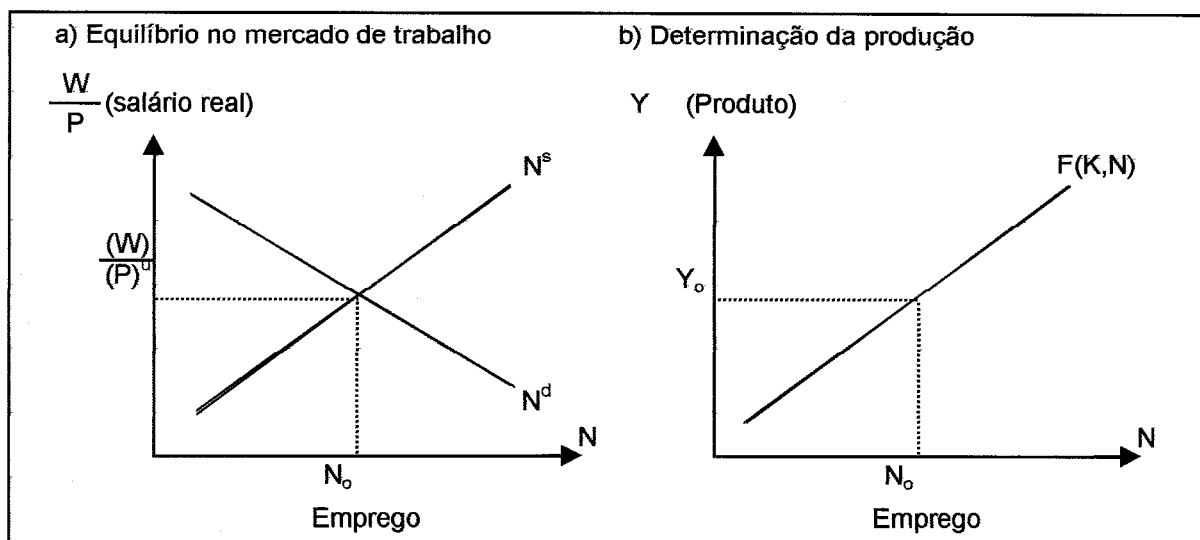
Os clássicos buscavam defender sua tese do livre mercado, ou seja, sem intervenção estatal.

Com os representantes da escola clássica, a economia adquiriu caráter científico integral quando passou a centralizar a abordagem teórica na questão do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral. Além da teoria do valor-trabalho do uso do método dedutivo, do materialismo e da preocupação em simplificar e generalizar as proposições econômicas e de uma visão de conjunto da evolução econômica, a escola clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês. A escola clássica também é caracterizada por enfatizar a produção, deixando para segundo plano o consumo e a procura.

Contra as concepções mercantilistas, SMITH argumenta que a riqueza é constituída pelos valores de troca, e não pela moeda, que é apenas o meio que permite a circulação dos bens.

A condição para maximização do lucro, é que o salário real pago pela firma seja igual ao produto marginal do trabalho (medido em unidades de mercadoria, em termos reais). Como pode-se observar na figura1, a curva de produto marginal é a curva de demanda da firma por trabalho. Portanto, a demanda por trabalho depende inversamente do valor do salário real.

FIGURA 01 - A TEORIA CLÁSSICA DO EMPREGO E DO PRODUTO



FONTE : FROYEN, 1999, pág. 58

Para os clássicos, não havia obstáculos para os desempregados ingressarem no mercado de trabalho e até mesmo trabalharem a um salário menor. Os agentes econômicos eram capazes de prever variações nos preços e negociar reajustes dos salários nominais.

Segundo LEITE (1994, p.405) “as famílias tinham condições de reagir prontamente a um aumento do nível de preços, obtendo aumentos instantâneos no salário nominal de forma a manter inalterado seu salário real.” Implicitamente afirmavam que os agentes econômicos tinham perfeita capacidade de prever as variações dos preços e poder de barganha para exigir reajustes compensatórios dos salários nominais, não sofrendo, portanto, de “ilusão monetária”, isto é, da ilusão de aceitar aumentos de salários nominais inferiores aos aumentos do nível de preços. O mercado de trabalho clássico, apoia-se na suposição de que oferta, demanda e salário real se ajustam dentro do fluxo de transações existentes dentro do mercado como um todo. Desta forma o trabalhador sem emprego e que acaba se “sujeitando” a um salário menor do que ganhava, acaba indiretamente proporcionando que a economia opere em nível de pleno emprego¹.

¹ O pleno emprego pode ser definido como a igualdade entre oferta e procura de mão-de-obra

Para KEYNES, são realizadas algumas “teorias” as quais o mesmo sustenta frente ao conceito de economia clássica, assim sendo:

1. O salário é igual ao produto marginal do trabalho, ou seja, o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade, essa igualdade poderia ser afetada pela imperfeição da concorrência e dos mercados.
2. A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual a desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego, ou seja, o salário real de uma pessoa empregada é suficiente para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, porém com a restrição de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre unidades disponíveis a serem empregadas, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. Desutilidade é entendida como qualquer motivo que leve um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, em vez de aceitar um salário que signifique uma utilidade inferior ao mínimo (KEYNES, 1982, p.25)

Desta “teoria” podemos definir o desemprego “friccional”² (SANDRONI, 1999, p. 168), também chamado de desemprego normal, ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores com vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho. E ainda pode-se chegar ao conceito de desemprego “voluntário” onde os trabalhadores podem recusar devido a não concordarem com um salário que cubra tão somente sua produtividade marginal.

De acordo com os clássicos e em particular pela defesa de Keynes, a primeira teoria explicitada acima representa a curva de demanda por emprego e a segunda a curva de oferta por emprego; no ponto em que a unidade do produto marginal iguala a desutilidade do emprego é fixado o volume do emprego.

KEYNES (1982, p. 26) prevê alguns pontos de essencial importância para aumentar o emprego:

- a) diminuir o desemprego friccional por meio de melhoria de organização e previsão;
- b) reduzir a desutilidade marginal do trabalho expressa pelo salário real, de modo a diminuir o desemprego “voluntário”

² Desemprego friccional: lapso de trabalho, redução do emprego em um setor ou outros setores que não geram novos empregos.

- c) aumentar a produtividade marginal física do trabalho nas indústrias produtoras de bens de “consumo de assalariados”;
- d) aumentar os preços dos bens de consumo de não assalariados, juntamente com deslocamento das despesas dos indivíduos não assalariados.

1.1.1 Lei de Say

A Lei de Say, segundo MIGLIORI (1982, p. 11) esclarece e define que toda produção encontra uma demanda, ou seja, que toda renda (salários e lucros) é inteiramente gasta na compra de mercadorias e serviços, e, portanto, não pode haver um excesso de produção ou renda em relação à demanda ou às despesas efetivamente realizadas.

Segundo KALECKI, citado por MIGLIORI (1982, p. 11) em contraposição à Lei de Say diz “...uma doutrina que excluía a superprodução geral fazia o sistema capitalista aparecer com sendo capaz de uma plena utilização dos recursos produtivos e desprezava as flutuações cíclicas como sendo insignificantes fricções. Enquanto a renda de um indivíduo é fixa, a renda nacional num sistema capitalista é determinada pelas decisões de consumo e de investimento, sendo que uma queda de qualquer um destes componentes de modo nenhum leva automaticamente a um aumento do outro. Assim, a experiência individual não corresponde ao curso da economia como um todo. Em outras palavras, a lei de Say era um dogma escorando os fundamentos do capitalismo, o que era facilitado pela aplicação da experiência individual cotidiana ao sistema econômico”.

A Lei de Say, determina que a economia tende a operar com pleno emprego de recursos, porque o volume de força de trabalho, assim como o volume dos meios de produção são regulados pela própria produção. Sobressalte-se que para SAY não poderia haver excedente de capital, pois na economia como um todo existe uma demanda potencial mais do que suficiente para absorver a produção realizável com todo capital disponível nesta economia. Dessa forma, também não seria possível

haver excedente de força de trabalho, visto que o volume de força de trabalho tende a ajustar-se ao processo de acumulação capitalista. Quando essa é intensificada a consequência é aumento da demanda por trabalho e elevação da taxa de salário. O acréscimo da oferta de força de trabalho, por sua vez, pressionaria os salários para baixo, até que atingissem o seu nível natural, nível que tenderia ser igual ao preço natural do trabalho (nível aceitável pelos trabalhadores ou nível de subsistência). Com os salários mais baixos é possível então empregar o excedente de força de trabalho, assegurando dessa forma o pleno emprego. No caso de uma acumulação reduzida, ocorreria o inverso, até se chegar novamente ao equilíbrio.

A manutenção do equilíbrio seria dada pelo nível geral de preços. A medida que reduzia o nível de atividade, os preços tenderiam a abaixar, dada a competitividade entre os setores produtivos. Caindo os preços aumentaria o volume de procura e o nível de atividade se recuperaria. A diminuição do volume de procura e conseqüente baixa dos preços, provocaria queda do emprego, em consequência diminuiria a procura de mão-de-obra e demais fatores de produção. O resultado seria queda dos salários e remunerações, até que o sistema empresarial atingisse o equilíbrio e tudo voltasse ao normal.

1.2 ABORDAGEM NEOCLÁSSICA

A economia neoclássica foi introduzida com a Revolução Marginalista, iniciada por Stanley Jevons e em seguida por Walras Marshall.

A economia neoclássica tem como premissas o equilíbrio marginal, a mão invisível e a capacidade de auto regulação. A primeira construção marginalista foi a teoria do comportamento racional do consumidor, também conhecida como teoria da utilidade marginal³, a qual, PINDYCK (1994, p. 108), mede a satisfação adicional, obtida mediante o consumo de uma quantidade adicional de uma mercadoria.

³ A teoria da utilidade marginal supunha que o consumo de quantidades dos diversos bens por unidade de tempo situasse na utilidade do indivíduo.

O equilíbrio não é natural (oferta/demanda), o equilíbrio se dá através do reconhecimento das variações pelas margens da oferta e demanda, reconhecendo-se o princípio de que o mercado tende ao equilíbrio. A mão invisível seria concorrência pura e liberdade, o mercado se auto-regula, tem a função doutrinária da liberdade econômica. A auto-regulação do mercado, reafirma a liberdade econômica como fonte de maximização. Nega-se o Estado como agente econômico e fica reduzido as garantias contratuais e de propriedade.

Para os economistas neoclássicos o desemprego da força de trabalho caracterizava uma anormalidade, assim como as crises econômicas. A origem da ocorrência de desemprego estaria nas restrições institucionais ao livre funcionamento do mecanismo de mercado, tais como: intervenção estatal e associação dos trabalhadores em sindicatos.

No mercado de trabalho neoclássico a oferta de trabalho é determinada pelo salário esperado ao invés do salário real, responsável este pela quantidade demandada, e a quantidade ofertada é determinada pelo salário esperado, agindo participantes do mercado de acordo com os pressupostos das expectativas racionais⁴, uma vez que o salário nominal é fixado antecipadamente, tendo como base a expectativa do nível de preços.

Conforme MARSHALL (em *Principles of Economics*, livro VI, cap. 13, § 10), citado por MIGLIORI (1982, p. 32), há uma “natural tendência dos sindicatos a pressionar para um aumento nos salários nominais padrões durante as inflações de crédito”, o que provoca a elevação dos preços. Nesse período de inflação os empregadores concordam em pagar maiores salários.

Mas logo a inflação deve declinar, seguindo-se uma depressão e uma queda do preços. Nessas condições os salários nominais também devem cair,

⁴ As expectativas racionais baseia-se em uma hipótese central: os agentes econômicos conhecem um modelo macroeconômico que descreve o comportamento das variáveis endógenas em função das variáveis exógenas. Posto isto, projetam o comportamento das primeiras a partir de equações do modelo e desempenho esperado das segundas, isto é, das regras esperadas de política econômica.

acompanhando o nível geral de preços. Assim ocorrendo haveria um ajuste entre os preços e os salários, mantendo o nível de produção e o pleno emprego.

1.3 ABORDAGEM KEYNESIANA

Segundo SANDRONI (1999, p. 323-324), o mercado de trabalho Keynesiano tem sua origem nas discordâncias de Keynes ao pensamento dos clássicos. Rejeitou o princípio do ajustamento automático entre poupança e investimento. As decisões de poupança e investimento não apresentavam qualquer vinculação. Keynes teve a intenção de explicar o desemprego involuntário, já que os clássicos admitiam o pleno emprego.

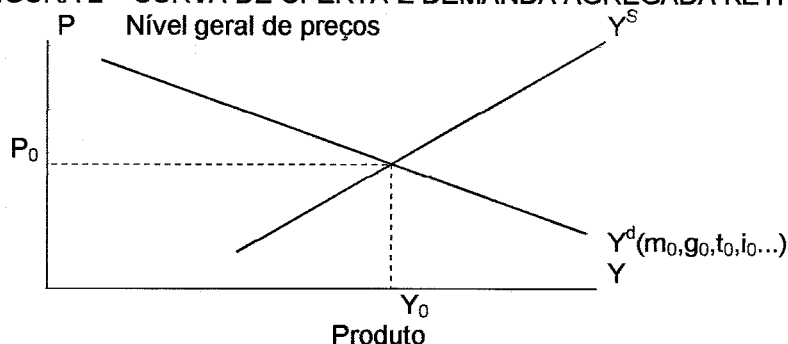
A oferta de trabalho keynesiana tem origem na famosa Teoria Geral onde Keynes apresentou suas discordâncias em relação ao pensamento dos “economistas clássicos”, conforme ele denominou os que acreditavam no mecanismo de ajustamento automático dos mercados. O propósito da contribuição keynesiana foi o de explicar a existência de desemprego involuntário, pois o ajustamento automático implica no funcionamento da economia ao nível do pleno emprego.

Os argumentos da teoria keynesiana eram assim apresentados (LEITE, 1994, p. 413):

- a) os trabalhadores sofrem de “ilusão monetária”, isto é, oferecem seu trabalho em função do salário nominal, não sendo capazes de exigir dos empregadores aumentos salariais capazes de compensar os aumentos do nível de preços. Em outras palavras, podem ser estimulados a trabalhar mais em troca de aumento do salário nominal, mesmo quando o salário real cai;
- b) entretanto, os sindicatos têm poder de barganha suficiente para evitar que o salário nominal caia abaixo do nível prevalecente, impedindo, se necessário, a entrada de trabalhadores concorrentes, dispostos a trabalhar por um salário menor ao prevalecente;

- c) mesmo no caso dos trabalhadores não sindicalizados, onde não existe pressão sindical para manutenção dos níveis de salário contratados, surge um acordo tácito, que foi denominado de “aperto de mão invisível”, que levam as empresas a pagar um salário estável que se torna maior do que o salário de equilíbrio, nas recessões, mas que torna menor do que o salário de equilíbrio, nas prosperidades. Os trabalhadores aceitam esse salário em troca da estabilidade no emprego nas recessões, (conforme figura2), constatamos todos estes pontos.

FIGURA 2 – CURVA DE OFERTA E DEMANDA AGREGADA KEYNESIANA



FONTE: FROYEN. 1999.

NOTA : A curva de oferta agregada keynesiana tem inclinação positiva. A demanda agregada depende dos níveis de variáveis fiscais (g_0 , t , t_0) do nível de investimentos autônomos (i_0) e de outras variáveis.

Keynes admite crises de demanda efetiva, desequilíbrio entre a capacidade estrutural da oferta (altas taxas de ociosidade) e da demanda (insuficiente gasto privado em consumo e investimento). Tais crises supõe um reequacionamento da distribuição de renda. Se a crise é de insuficiência privada de gastos; e o capitalismo é monopolista, o problema estrutural é na oferta. Se o Estado intervir sobre a oferta, descaracteriza o regime de propriedade capitalista e o lucro. A alternativa é regular pela demanda, porém no curto prazo.

Keynes prevê que se o gasto privado é insuficiente, terá que haver um gasto adicional público financiado via déficit, calculado seu efeito multiplicador sobre o gasto e investimento privado, de forma que o gasto total seja maior que o gasto

público inicial (efeito multiplicador da renda sobre o investimento). Logo, há um encadeamento renda, poupança e investimento. Aumenta-se demanda efetiva através de aumento do consumo através da renda, com isso novos investimentos são realizados através de uma taxa de rendimento e o custo do capital investido (eficiência marginal do capital). Dessa forma o Estado, a medida que aumenta a demanda efetiva, recupera o pleno emprego no curto prazo.

O Estado é fundamental para controlar as perturbações do sistema. A intervenção do Estado tem como objetivo reduzir o desemprego involuntário (baixar o custo social da depressão, na medida que eleva a massa de salários número de desempregados) e aumentar a produção (diminuir o grau de ociosidade). A administração da demanda efetiva se dá através das políticas fiscal e monetária.

Através das políticas fiscais o Governo teria condições de utilizar os instrumentos que esta dispõe a fim de suprir as deficiências do investimento e consumo, e elevar os níveis em épocas de recessão, a renda nacional e o emprego. Já, com relação à política monetária o Governo administraria a oferta de dinheiro como o fim de trazer a taxa de juros a um patamar que pudesse encorajar o investimento privado.

1.4 ABORDAGEM NOVO-CLÁSSICO

A economia novo-clássico tem como principais representantes Robert Lucas, Neil Wallace e Thomas Sargent.

Segundo LEITE (1994, p. 445-448), esta teoria propõe que, na ocasião da celebração dos contratos, os trabalhadores ofereçam seu trabalho em função do salário real esperado, sendo forçados a estimar o nível de preços a fim de determinar quantidade de trabalho a ser oferecida em troca do salário real esperado. Por outro lado, as empresas demandarão trabalho em função do salário real, supondo-se que cada uma conheça os preços dos seus produtos e que, conjuntamente, conheçam o nível geral de preços, embora não revelem essa

informação aos trabalhadores. Com base nessas condições, trabalhadores e empresas entrarão em acordo sobre o salário nominal e as horas de trabalho a serem contratadas.

O elemento central da teoria novo-clássica do trabalho é a estimativa do nível de preços. Se a previsão do nível de preços for correta, o salário esperado será igual ao salário real de modo que, durante o período contratual, as quantidades demandadas e ofertadas de trabalho resultarão iguais às que foram previstas na ocasião da celebração do contrato. Entretanto, se o nível de preço resultar maior do que o esperado, o salário real será inferior ao salário esperado. Essa queda do salário real estimulará as empresas a demandar mais trabalho do que fora previsto no contrato, conforme prevê a teoria da demanda. Os trabalhadores atenderão ao incremento da demanda, exigindo aumento do salário nominal e pensando, por isso, que o salário esperado está aumentando, pois continuam mantendo a estimativa inicial do nível de preços.

Se no caso contrário, o nível de preços resultar menor do que o esperado, o salário real ficará maior do que o salário esperado, fato que obrigará as empresas a reduzir a demanda por trabalho, forçando a queda do salário nominal. Os trabalhadores concordarão com a redução do salário nominal, que consideram como queda do salário real, por continuarem a manter a estimativa do nível de preço, reduzindo as horas de trabalho que oferecem à empresa.

Conforme FROYEN (1999, p. 300-303) os economistas novo-clássicos pressupõe que as expectativas são racionais, ou seja, os ofertantes de mão-de-obra não cometerão erros sistemáticos em suas previsões de preços. Mudanças imprevistas na demanda agregada, afetarão produto e emprego. Porém, mesmo com que as mudanças imprevistas na demanda agregada afetem produto e emprego, não tem significado para as políticas de estabilização macroeconômicas.

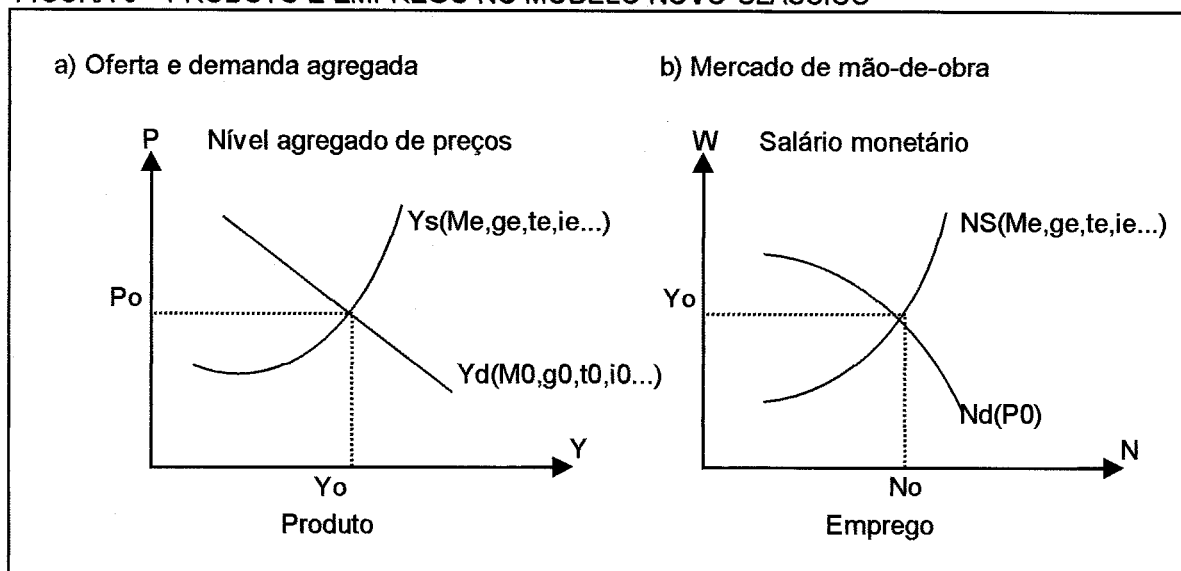
Quanto a política monetária, defendem regras de taxa de crescimento da moeda. Tais regras eliminam a possibilidade de mudanças imprevistas no estoque

de moeda, fazendo com que a economia se afaste das taxas naturais de produto e emprego.

No que diz respeito à política fiscal, os novos-clássicos defendem a estabilidade e rejeitam estímulos excessivos e inflacionários. Instabilidade gera incertezas. Eles acreditam que o controle dos déficits orçamentários é necessário para a existência de uma política monetária não inflacionária.

“Os economistas novo-clássicos afirmam que o modelo clássico pode explicar os desvios do emprego em relação aos níveis de pleno emprego quando se incorpora ao sistema clássico o pressuposto das expectativas racionais.” (FROYEN, 1999, p. 305). A teoria clássica pressupunha que os ofertantes de mão-de-obra conheciam o salário real, ou seja, elas tinham informações perfeitas sobre o nível agregado de preços, (conforme figura3). Enquanto, os economistas novo-clássicos partem do pressuposto que os ofertantes de mão-de-obra fazem uma previsão racional do nível de preços agregado. Mudanças sistemáticas e previstas na demanda agregada não afetarão o produto e o emprego, porém as mudanças imprevistas afetarão. Tais mudanças implicam desvios do emprego em relação aos níveis de pleno emprego.

FIGURA 3 – PRODUTO E EMPREGO NO MODELO NOVO-CLÁSSICO



FONTE : FROYEN, (1999, p. 296)

NOTA : A característica do modelo novo-clássico é que tanto a oferta quanto a procura agregada dependem de expectativas para variáveis racionalmente formadas, como política fiscal e monetária (M_e, g_e, t_e).

1.4.1 Modelo de Ciclos Reais de Negócios

Os estudiosos que mais se destacam no estudo dos modelos de ciclos de negócios são N. Gregory Mankiw, Bennett T. MacCallum e Robert J. Barro.

A teoria dos ciclos reais de negócios é um modelo decorrente da economia novo-clássica. De acordo com FROYEN (1999, p.318), os economistas novo-clássicos acreditam que os modelos macroeconômicos teriam duas características:

- a) os agentes otimizam;
- b) os mercados se equilibram.

A teoria dos ciclos reais dos negócios aceita estas características porém como uma distinção, a atenção é destinada as bases microeconômicas do modelo. Para eles o ciclo de negócios é um fenômeno de equilíbrio, pois os mercados se equilibram. Tanto para esse modelo como para o modelo novo-clássico todo desemprego é voluntário.

Os teóricos dos ciclos reais de negócios interpretam as flutuações no produto e no emprego como derivadas das variações nas oportunidades reais da economia

privada. As causas podem ser relacionadas a fatores como choques na tecnologia, mudanças nas alíquotas tributárias, assim como mudanças nas preferências individuais, como exemplo preferência por bens ao lazer.

Um aspecto importante desta teoria é que fatores reais do lado da oferta são mais importantes que as influências do lado da demanda. Choques nominais no lado da demanda não influenciam sobre o produto e o emprego.

“A característica definidora de modelos de ciclos reais de negócios é que fatores reais e não monetários, são responsáveis por flutuações no produto e no emprego.” (FROYEN, 1999, p.324).

A política monetária deve estar centrada no controle do nível de preços. Para esta teoria a política monetária desejada resultaria em lento crescimento da oferta monetária para que os preços fossem estáveis ou que se tivesse baixa inflação. A política monetária não deve afetar o produto e o emprego.

A política fiscal teria como função minimizar distorções tributárias sem prejudicar a provisão de recursos governamentais. Uma alternativa para o governo financiar gastos que não por meio de tributação é o uso da emissão de moeda. As políticas fiscal e monetária devem combinar-se de maneira a minimizar custos da inflação e da distorção tributária.

As mudanças no emprego ocorrem quando os agentes respondem a mudanças nas condições econômicas. Portanto, mudanças no emprego são voluntárias, pois os agentes são otimizadores.

1.4.2 Economia Novo-Keynesiana

Keynes procurou explicar o desemprego involuntário⁵. Em anos recentes, economistas de tradição keynesiana procurou adicionar explicações a respeito do desemprego involuntário, são os chamados novo-keynesianos. A atividade principal

⁵ Desemprego involuntário é quando as pessoas desejam trabalhar ao salário vigente porém, não encontram emprego. É também chamado desemprego conjuntural.

e primordial dos novo-keynesianos é aperfeiçoar as bases microeconômicas do sistema Keynesiano, sem questionar suas premissas fundamentais. A rigidez dos salários e dos preços é o aspecto central para a explicação do desemprego involuntário, os novos-keynesianos demonstram que a rigidez pode ser decorrente do comportamento dos agentes otimizadores.

Vamos ver três modelos novo-keynesianos: modelos de preços rígidos, modelos de salário-eficiência e modelos incluído-excluído.

Modelo de preços rígidos - tem como característica que a firma não precisa estar em concorrência perfeita. Em concorrência perfeita os preços são definidos pela oferta e demanda. Firms individuais não tem poder sobre os preços dos produtos. Quando há queda na demanda, a firma competitiva deve baixar os preço, caso contrário ela não venderia nada, ou seja, os preços não podem ser rígidos. No caso de uma firma oligopolista a situação não é a mesma. Eles tem controle sobre os preços dos produtos.

Se houver uma queda na demanda, irão perder vendas, porém se toda mantiverem seus preços iniciais, nenhuma perderá suas vendas para os concorrentes. Firms que podem manter seus preços constates, até mesmo quando há queda na demanda, porque ao perceberem que mudanças de preços supere o benefício da redução de preços. Esses custos de alteração de preços são chamados custos de menu. Pois os clientes terão que ser avisados dos novos preços, o que requer custos para confecção de novas tabelas, por exemplo, o que por si só, são pequenos para explicar uma rigidez de preços, mas há outros custos, menos diretos de alteração nos preços. Se houver custos de alteração de preços e forem realmente altos, existirá rigidez de preços.

“Declínios na demanda agregada resultarão em quedas no produto e no emprego, e não simplesmente em redução de preços. Claro que nem todos os preços precisam ser rígidos. Na medida em que o número de setores em que os

preços são rígidos constituir um segmento significativo da economia, os declínios no produto e no emprego serão substanciais.” (FROYEN, 1999, p. 331).

Modelos de salário-eficiência – tem como premissa pagar salário acima do mercado, para com isso estimular os trabalhadores, reduzir faltas ao trabalho, reduzir a rotatividade, melhorando a moral do trabalhador a produtividade aumentaria. Ou seja, a eficiência depende do salário real que os trabalhadores recebem. O produto aumenta a medida que novas unidades de mão-de-obra são contratadas ou quando há eficiência na mão-de-obra existente. O salário-eficiência é atingido quando um aumento no salário real leve ao aumento na eficiência de mão-de-obra. O benefício para a firma é que com esse aumento de salário passará a comprar mais unidades de eficiência de mão-de-obra.

O princípio dos salários-eficiência implica que as firmas pagarão salários acima do nível de equilíbrio do mercado. O que resulta em desemprego involuntário persistente. A lógica dos salários-eficiência tem várias explicações:

1. O modelo de leniência: definido o salário real acima do nível vigente no mercado (isto é, a próxima melhor oportunidade para o trabalhador), a firma dá ao funcionário um incentivo para não fazer “corpo mole” no serviço. Se ele fizer, poderá ser demitido, e ele sabe que seria difícil encontrar outro emprego com um salário tão alto. Se as firmas só tiverem condições de monitorar o desempenho no trabalho de forma imperfeita e com algum custo, essa estratégia de salários altas pode ser lucrativa;
2. Modelos de custos de rotatividade: ao pagar um salário acima do nível de mercado, as firmas podem reduzir as taxas de abandono de emprego e, assim, os custos de recrutamento e treinamento. O salário alto também permite que elas desenvolvam um contingente de mão-de-obra mais experiente, e portanto, mais produtivo;
3. Modelos de reciprocidade: outra explicação para a eficiência depender do salário real centra-se no estado de ânimo dos trabalhadores. De acordo

com essa argumentação, se a firma pagar um salário real acima do salário de equilíbrio de mercado, melhorará o moral dos trabalhadores, que se esforçarão mais. A firma dá aos trabalhadores o presente de um salário acima do mercado, e os trabalhadores retribuem com uma maior eficiência. (FROYEN, 1999 p. 334-335).

Seguindo essa lógica, poderá haver desemprego involuntário, e nenhuma dessas lógicas pretende ser aplicada a todo mercado de mão-de-obra. Os modelos de salário-eficiência explicam uma rigidez real, porém a rigidez real pode explicar o desemprego involuntário. Quando demanda agregada cair, produto e emprego cairão e aumentará o desemprego involuntário. Portanto, uma rigidez do salário real devido a salários-eficiência, rigidez nominal e custo de menu somam-se e combinam-se para explicar mudanças no desemprego involuntário.

Modelo incluído-excluído – está relacionado a hipótese de que o desemprego atual é influenciado pelo desemprego passado, ou seja, as economias estão presas em armadilhas de desemprego. “Uma variável exibe “elasticidade” se, quando forçada a se afastar de um valor inicial, não apresenta nenhuma tendência de retorno mesmo quando o choque termina. Em termos de desemprego, modelos de histerese procuram explicar por que altas taxas de desemprego persistem mesmo depois que sua causa inicial já deixou há muito de existir”. (FROYEN, 1999, p. 336). Para explicar a histerese no desemprego, será apresentado o modelo incluído-excluído. Esse modelo pressupõe o mercado de produto e mão-de-obra como imperfeitamente competitivo.

No modelo incluído-excluído, o desemprego é resultado de um salário real fixado acima do nível de equilíbrio do mercado (desemprego de excluídos) e de uma resposta cíclica a mudanças na demanda agregada. Consideremos um exemplo, os membros de um sindicato e poucas firmas empregadoras; os membros do sindicato (incluídos), os quais tem poder de negociação com os empregadores, pois custa caro substituí-los por excluídos (trabalhadores não pertencentes ao sindicato). Tal

custo é dado por recrutamento e treinamento de novos trabalhadores. Suponha-se que os incluídos usando seu poder de negociação elevem o salário real acima do nível de equilíbrio de mercado, um grupo de excluídos desempregados resultará, no entanto, o salário real só poderá chegar até um certo patamar, caso contrário menos incluídos seriam empregados. Se houver uma redução da demanda agregada na economia, o produto e o emprego cairão e parte dos incluídos será dispensada.

Esse é o fenômeno da histerese, o desemprego passado causa o desemprego atual porque transforma incluídos em excluídos, ocorre o desafio do desemprego. Os incluídos não exercem poder de negociação visto que correm o risco de serem substituídos por trabalhadores desempregados, no caso de períodos de altas taxas de desemprego.

Segundo LEITE (1994, p. 420), para um mercado de trabalho subdesenvolvido, como é o caso do Brasil, algumas características principais são: baixo nível de salário real, desemprego crônico ou estrutural, grandes disparidades salariais. A demanda por trabalho nos países subdesenvolvidos é insuficiente devido à:

- a) baixa dotação dos fatores de produção, capital e tecnologia, que são responsáveis pelos baixos níveis de produtividade do trabalho e do salário real;
- b) escassez relativa de empresários capazes de combinar os fatores disponíveis em virtude da baixa qualificação dos recursos humanos e da falta de capital. (LEITE, 1994, p. 420).

Do lado da oferta de trabalho, os países subdesenvolvidos revelam as seguintes características:

- a) alta taxa de crescimento populacional que resulta em oferta excedente de trabalho ou em oferta altamente elástica a baixo nível de remuneração;

b) falta de qualificação técnica de parte da população para o mercado de trabalho, fato que impede as pessoas sem habilidades de serem absorvidas pelo mercado (desemprego estrutural). (LEITE, 1994, p. 420).

A terceira característica são as disparidades das remunerações do trabalho.

Nos países subdesenvolvidos há uma diversidade muito grande na qualificação técnica, nas oportunidades que são acessíveis a pequenos grupos, a elite fica sempre com os melhores empregos. Adiciona-se a isso a falta de escolaridade da população, a não possibilidade de acesso a educação e saúde, falta a população as condições básicas de vida.

Atualmente, tem se discutido sobre as possíveis causas do desemprego e para tanto foram elaboradas algumas teorias que tentam explicar e caracterizar o desemprego.

2 CAUSAS DO DESEMPREGO

2.1 TEORIAS DO DESEMPREGO

Sabe-se que o desemprego tem diversas causas e que em apenas uma teoria não seria possível compreender sua complexidade, desta forma foram elaborados teorias com o intuito de caracterizar o desemprego e apontar quais são as medidas de política econômica a ser adotada para seu combate.

Segundo ZYLBERTANJN e BALBINOTTO (1999, p. 129-149), pode-se identificar seis teorias do desemprego:

Teoria do “Job Search” – tem o objetivo de explicar o desemprego num mercado de trabalho competitivo, no qual tanto os trabalhadores quanto as firmas têm informações incompletas sobre o mercado de trabalho. Tal teoria destaca a importância das agências de emprego e aprimoramento dos sistemas de informação do mercado de trabalho como instrumentos para combater o desemprego. Enfatiza o aspecto da duração do desemprego e dos custos e benefícios para obtenção de informações sobre o mercado de trabalho.

Os principais pressupostos do modelo são os seguintes:

- a) os trabalhadores buscam vagas e ofertas salariais enquanto as firmas buscam trabalhadores cuja produtividade é variada e desconhecida, num mundo onde a informação é imperfeita e dispendiosa;
- b) supõe-se que existem diversas firmas no mercado que oferecem diferentes oportunidades de emprego e salários, e que o trabalhador não está informado sobre a melhor vaga e leva algum tempo para localizá-la;
- c) o indivíduo, para localizar a vaga desejada, despende algum recurso e as atividades de busca de emprego tendem a prolongar a duração do desemprego;
- d) as atividades de busca de emprego são feitas apenas por trabalhadores que se encontram desempregados, frente a um grande número de ofertas salariais;

- e) os trabalhadores conhecem a distribuição salarial, porém a firma não conhece, isso pode ser comprovado visitando empresa por empresa: os trabalhadores preferem um salário mais alto a um mais baixo, pois desejam maximizar sua utilidade;
- f) os trabalhadores sabem que existe grande probabilidade de que sua atividade de busca irá localizar um emprego que pague, porém se essa busca não custar para o trabalhador ele continuará até encontrar o salário máximo. Quanto maior o tempo de busca mais caro custará para o trabalhador encontrar o tal emprego.

A teoria do job search propõe solucionar o dilema dos trabalhadores, qual seja, o tempo ótimo para busca de emprego. A primeira estratégia seria visitar empresas e aceitar o emprego que lhe pagasse o salário mais elevado. A segunda estratégia, o trabalhador ao procurar emprego e na primeira tentativa encontrar quem o empregue com W (salário máximo) interromperia a busca imediatamente. Outro conceito importante para essa teoria é o salário de reserva, que consiste na taxa mínima exigida pelo desempregado para aceitar uma oferta de emprego.

Os determinantes do salário de reserva consiste em custos e benefícios para a busca de novo emprego, como a taxa de desconto intertemporal e os custos de oportunidade na busca do novo emprego. Os benefícios só serão obtidos no futuro, dependem da taxa intertemporal. Se o trabalhador tem uma alta taxa de desconto intertemporal, os benefícios futuros serão baixos, os trabalhadores com baixa taxa de desconto intertemporal terão um salário de reserva baixo, e esperarão por uma oferta melhor. Quem aceita baixos salários encontra emprego com mais facilidade. Quanto aos custos de oportunidade, a determinante é a existência ou não do seguro-desemprego. O seguro-desemprego faz aumentar as taxas de desemprego quando:

- a) os benefícios recebidos desencorajam a busca de emprego;
- b) estendem a duração do desemprego;

- c) tendem a pressionar os salários para cima, porque os salários de reserva dos desempregados aumentam;
- d) induzem os trabalhadores ao risco de perder seu emprego;
- e) aumentam a rotatividade, aumentando a taxa de desemprego.

“As políticas propostas por essa teoria são : - redução do valor e do prazo do seguro-desemprego; - aprimoramento dos sistemas de informação sobre vagas no mercado de trabalho; - aconselhamento para melhorar as estratégias de busca de emprego.” (ZYLBERSTAJN e BALBINOTTO 1999, p. 139).

Teoria da substituição intertemporal - a idéia básica é que tanto o lazer corrente como futuro são substituídos. Assim, embora a oferta seja relativamente inelástica no longo prazo, ela pode ser elástica no curto prazo. Deste modo, os indivíduos alocariam seu tempo conforme a taxa de salário prevalecente no mercado, trabalhando mais nos períodos de salários elevados e menos quando os salários estivessem baixos. A hipótese da substituição intertemporal de trabalho por lazer implica que o desemprego é voluntário. Os trabalhadores reduzem seu trabalho durante as recessões, e em consequência recebem o seguro-desemprego. As flutuações decorrem dos movimentos das variáveis reais, conforme percepção dos trabalhadores. Esta teoria não propõe políticas de combate ao desemprego, quando adotadas gerariam distorções alocativas.

Teoria da sinalização – explica a existência do desemprego entre trabalhadores qualificados. O modelo tenta explicar que o desemprego é voluntário, já que o indivíduo não aceita emprego, pois isto pode sinalizar para a empresa que ele não tem as habilidades necessárias para preencher a vaga. Ficar desempregado é melhor do que aceitar um emprego desqualificado pois comprometeria os salários futuros.

Os trabalhadores não aceitando empregos que não exigem qualificação sinaliza que ele tem confiança em sua capacidade e não aceita emprego por mero desespero ou adversidade. Para essa teoria as medidas de política econômica

consistiria em expandir a demanda de trabalho qualificado, com o cuidado de acentuar ineficiências na alocação de trabalho.

Teoria dos salários eficientes – esta teoria parte dos pressuposto que as firmas têm dificuldades em monitorar o comportamento dos trabalhadores, e a fim de evitar que os trabalhadores façam “corpo mole” elas pagarão salários-eficiência. A fim de desencorajar os trabalhadores ineficientes as firmas pagam salários eficientes. Aqui o desemprego é estrutural, devido a dificuldades e custos de monitoramento de cada atividade econômica. Um dos instrumentos para combater esse tipo de desemprego seria a adoção de um subsídio salarial, com o objetivo de aumentar o nível de salário eficiência e o nível de emprego, estimulando as firmas a abrir novas vagas e contratar novos trabalhadores.

Teoria dos deslocamentos salariais – explica como o desemprego estrutural pode surgir num mercado descentralizado e competitivo. O desemprego tende a aumentar significativamente por causa do processo de realocação de mão-de-obra entre os setores econômicos, que leva a um grande aumento nas taxas de extinção de vínculos empregatícios.

A principal hipótese desta teoria é que os trabalhadores não são qualificados, portanto não podem ocupar as vagas existentes. Há um desencontro entre habilidades demandadas pelas firmas e as habilidades oferecidas pelos trabalhadores desempregados, o que implica em um período longo de desemprego.

O desemprego está relacionado a causas estruturais, como choque tecnológico ou outros que tenham efeito sobre os diversos setores da economia. Mesmo com a existência de vagas, as mesmas não serão preenchidas no curto prazo, devido a falta de habilidades dos desempregados. É necessário que os indivíduos passem por treinamento para que possam se habilitar aos novos requisitos demandados.

Como proposta de política de combate ao desemprego é dado ênfase em programas de treinamento para reciclagem de mão-de-obra. Devido a crescente

competitividade e globalização, faz-se necessário o investimento em capital humano de forma a possibilitar que os indivíduos tenham acesso a educação básica e treinamento com vistas a melhorar o nível de vida e bem-estar.

Teoria da histerese – essa teoria surgiu para explicar as elevadas taxas de desemprego na Europa. O modelo propõe que a taxa natural de desemprego exhibe histerese, ou seja, quanto mais a taxa de desemprego subir mais elevada ela tende a se tornar.

As razões para existência da histerese são: a) as políticas de emprego na Europa Ocidental, que punem os empregados que desejam demitir trabalhadores. Visto que os empresários levam tal fato em conta no momento de contratá-los, eles deixam de contratar novos trabalhadores ou de recontratar antigos empregados, a menos que sejam esperadas condições econômicas bastante favoráveis que persistam por um longo período. Portanto, a relutância das firmas em contratar gera um aumento no desemprego de longo prazo. B) a generosidade do sistema de seguro-desemprego, que desestimula os trabalhadores sindicalizados a buscar salários elevados, em detrimento dos que não são sindicalizados. (ZYLBERSTAJN e BALBINOTTO 1999, p. 146)

A teoria da histerese do desemprego assume que a existência de elevadas taxas de desemprego tem a propriedade de se autoperpetuarem. Isso ocorre porque o indivíduo pode se acostumar a nova situação de desempregado, descobrindo maneiras para conseguir o seguro-desemprego e realizando tarefas inúteis e também porque muitos desempregados se tornam desalentados e desistem de buscar um novo emprego. As firmas receosas com tais indivíduos não querem contratá-los pois devido ao tempo que ficaram desempregados, podem ter perdido suas qualificações e o hábito do trabalho.

Para a teoria da histerese também recomenda programas de treinamento e reciclagem da mão-de-obra, vinculando o pagamento do seguro-desemprego à participação em programas de reciclagem.

Atualmente são realizadas pesquisas mensais sobre o mercado de trabalho no Brasil, porém tais pesquisas apresentam controvérsias, vejamos qual a principal diferença entre elas e suas implicações.

2.2 PESQUISAS SOBRE DESEMPREGO

As pesquisas sobre emprego e desemprego, são realizadas no Brasil através dos IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde destaca-se a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), que é uma pesquisa de periodicidade mensal sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho. Os dados são obtidos através de uma amostra aproximada de 38.500 domicílios situados nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A determinação dada é que os dados devem referir-se a períodos de tempo denominados de períodos de referência, sendo assim explicados:

1. Semana de referência – semana de domingo a sábado, que precede a semana para a realização da entrevista.
2. Período de referência de 30 dias – são os 30 dias que antecedem a semana fixada para a entrevista.
3. Mês de referência – aquele que antecede ao mês de realização da pesquisa. Os dados que são divulgados advém das pessoas de 15 anos e mais de idade e a semana de referência, com exceção da taxa de desemprego aberto que é divulgada também para o período de 30
4. e dos rendimentos que são relativos ao mês de referência da pesquisa.

Segundo o IBGE a pesquisa segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e objetiva produzir resultados que facilitem a análise se sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação a nível internacional. O que na verdade se busca é deixar bem claro e separado os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos).

O conceito fundamental é o de trabalho o que significa dizer a ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituição religiosas beneficentes ou até mesmo como estagiários. Para as pessoas que trabalham a ocupação das mesmas deve ser averiguada levando-se em consideração o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas, etc.

Por outro lado, os indivíduos que procuram trabalho investiga-se a providência tomada, o tempo de procura, se trabalharam antes com ou sem remuneração, a ocupação, o ramo de atividade e a posição na ocupação do último trabalho. Para os inativos, se procuram trabalho no período de referência de 30 ou 60 dias.

Também devemos conceituar e esclarecer os termos, PEA (população economicamente ativa), que compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada – são aquelas pessoas que em um determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

Já as pessoas ocupadas são classificadas em empregados aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.).

Como será visto mais adiante neste trabalho, os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada, as pessoas que trabalham por conta própria são aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados. Já os chamados empregadores são aquelas pessoas que exploram uma atividade

econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados. Os trabalhadores não remunerados é quem exerce uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficiantes, ou ainda, como estagiário.

A população desocupada são aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e desta forma acabaram consultando pessoas, jornais, ou outra providência que supra tal necessidade.

Por exclusão obtemos o conceito de população não economicamente ativa, ou seja as pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

Os indicadores gerados pela pesquisa PME, são gerados através dos dados obtidos, sendo que pode-se apresenta-los como a taxa de desemprego aberto, a qual estabelece uma relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.

Também podemos expressar a definição da taxa de desemprego aberto para pessoas que nunca trabalharam, sendo que se estabelece uma relação entre o número de pessoas desocupadas que nunca trabalharam e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.

A taxa de desemprego aberto por setor de atividade é a relação entre o número de pessoas desocupadas cujo último trabalho foi num determinado setor (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços ou outras atividades) e o número de pessoas economicamente ativas no respectivo setor, num determinado período de referência.

2.3 A POLÍTICA DO EMPREGO NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização econômica caracterizou o século XIX pela integração econômica decorrente do livre fluxo de capital, tecnologia, seres humanos e idéias. A tecnologia define-se como a aplicação da ciência a problemas práticos de produção. Desde a revolução Industrial a tecnologia avançou à taxas exponenciais, constituindo o fenômeno econômico de maior importância que permitiu padrões de vida elevados a maiores segmentos da população mundial do que em qualquer outro período da história.

Pode-se considerar quatro grandes descompassos segundo REIS (1995, p. 194-196) para a questão do desemprego no Brasil na década de 1990. Estas divergências têm efeitos significativos sobre o nível e a composição do emprego e sobre a distribuição funcional e pessoal da renda.

O primeiro descompasso, no contexto do setor moderno, é entre o crescimento da produtividade e o crescimento do emprego, de um lado, e os aumentos de salário real, de outro. Este processo descompassado ou não uniforme é o foco das economias em processo de inserção competitiva: deve-se aumentar a produtividade para que a economia seja competitiva, mas também precisa-se elevar o nível e a qualidade dos empregos gerados para que a globalização traduza-se em melhores condições de vida para os trabalhadores. Os dois objetivos só podem ser simultaneamente atingidos no caso do desenvolvimento econômico sustentar-se um longo período de tempo. Os intervalos entre aumentos de produtividade e de salário real traduz-se em crescente desigualdade na repartição funcional da renda, representada pela queda da parcela salarial na renda nacional.

O segundo descompasso centra-se no crescimento do emprego protegido (com carteira) vis-à-vis a expansão do emprego assalariado sem carteira e dos autônomos, ou seja, entre o núcleo socialmente mais protegido do mercado de trabalho e sua periferia. Esse fenômeno acentua a segmentação da força de trabalho e piora a distribuição de renda. O resultado deste processo é acentuar a

informalidade e revelar que se a economia brasileira, de um lado, está sendo capaz de gerar empregos, de outro, esses empregos são, na sua maioria, de má qualidade.

O terceiro descompasso observa-se entre a demanda e a oferta de mão-de-obra qualificada. Isto gera desemprego estrutural. As novas tecnologias que viabilizam a inserção competitiva são intensivas em conhecimento polivalente. Ademais, há necessidade de reconverter mão-de-obra das atividades decedentes para aquelas em expansão.

E por fim uma quarta divergência amplia a diferença entre os grupos de trabalhadores pobres, tanto preexistentes ao mercado quanto os gerados pelas políticas, leis que regem a sociedade, e os grupos que tiveram acesso aos melhores empregos e salários. A resultante deste processo é uma crescente desigualdade na distribuição pessoal da renda.

Cada um destes descompassos tem implicações para a formulação de políticas de emprego e renda. Antes, de estabelecer os vínculos entre estas diferenças e a política de emprego, convém analisar como esta se situa no contexto da globalização.

A globalização tem duas conseqüências importantes, (REIS, 1995 p.196). A primeira, é que ela cria novas oportunidades de investimento em um cenário cada vez mais competitivo. A segunda, é que ela enfraquece a capacidade dos governos gerenciarem suas economias.

Explorar as oportunidades ampliadas pela globalização exige das empresas que se ajustem a um novo paradigma tecnológico e de organização social do trabalho. Os novos paradigmas irão certamente diminuir a elasticidade emprego-produto. Esta é uma importante mudança estrutural nas condições econômicas subjacentes ao crescimento do emprego. Ademais, segundo REIS (1995), há implicações para a política de emprego.

As características dos novos paradigmas tecnológicos e organizacionais são:

- a) o encurtamento dos ciclos de produção, inovação e negócios;

- b) as mudanças na divisão vertical e horizontal do trabalho dentro e entre as empresas;
- c) a informática e a telemática são tecnologias dominantes;
- d) a polivalência e o conhecimento dos trabalhadores são requisitos dos novos processos organizacionais;
- e) novas formas de gestão.

Essas características redefinem o problema do emprego e ao mesmo tempo gera um novo conceito, que é o de empregabilidade, entendido como atributos que o trabalhador deve possuir para que aumente a probabilidade de manter seu emprego ou de obter um novo. Assim crescem de importância os requisitos de educação básica, formação profissional e de requalificação, para se manter ou conquistar um posto de trabalho de boa qualidade.

Para o Brasil a situação atual explica-se pela convergência de dois fatores: de um lado, um fator de ordem mais estrutural (ou seja, contradições decorrentes da sua formação histórica, que se solidificaram nas instituições, leis e costumes); de outro lado, um fator conjuntural: as políticas econômicas e sociais adotadas pelas classes dominantes nestes últimos anos para inserir nossa economia na globalização.

As causas estruturais podem ser evidenciados na divisão social e na dependência que têm sua origem na forma como se deu a colonização do país e são fatores determinantes, em última análise, da situação atual do país, a mais superficial observação mostra que a divisão social, a hierarquia das classes, e o rígido controle sobre o povo, a dependência exagerada da nossa economia dos capitais estrangeiros e das flutuações do mercado internacional, além da divisão social e dependência econômica são características incompatíveis com democracia e desenvolvimento.

Para haver democracia, é preciso que as diferenças econômicas e de posição entre as classes sociais não sejam tão grandes, e, em particular que no Brasil de hoje, essas diferenças ainda se perpetuam. A elite dominante concentra em suas

mãos a riqueza, o acesso à instrução superior, os meios de informação e comunicação, o prestígio social e o poder político.

Como a economia depende da expansão ou contração dos financiamentos externos e dos investimentos de empresas estrangeiras, ela cresce por meio de ciclos econômicos, que surgem, atingem um auge e logo declinam, exemplo disto é o ciclo do açúcar, do ouro, do café, da borracha, da soja e assim por diante.

Em cada momento de auge, os brasileiros alimentam a ilusão de superar o subdesenvolvimento e igualar-se às economias maduras. Em cada fase de declínio, há um desperdício de capital e de recursos humanos. Através dos baixos padrões de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorver a força de trabalho disponível e assegurar com isso ocupação e recursos adequados àquela população. Donde um mercado consumidor restrito, e o retorno ao ponto de partida do nosso "círculo". Em resumo, não temos produção porque não temos consumo, e não temos consumo porque não dispomos de um nível adequado de atividades produtivas.

Causas conjunturais são as que determinam diretamente os fatos que estão acontecendo e as situações que se estão formando. Distinguem-se das causas estruturais por serem mais recentes passageiras, menos definitivas. Mas é óbvio que, se não removidas, podem dar origem a causas estruturais.

O processo de industrialização foi interrompido, a economia brasileira está sendo totalmente desnacionalizada, o Estado nacional está sendo obrigado a abrir mão de todos os elementos indispensáveis ao controle da economia e do próprio território, a fim de que nosso desenvolvimento fique inteiramente controlado pelo capital estrangeiro.

Por mais de um século, a economia e os economistas tem ditado que novas tecnologias fomentam a produtividade (exemplo disto é Shumpeter), reduzem custos de produção e aumentam a oferta de produtos baratos, que por sua vez aumentam o poder aquisitivo, expandem mercados e geram mais empregos. Essa proposta

fundamental tem sido a base racional da política econômica em cada nação industrializada do mundo. Atualmente essa lógica está levando a níveis sem precedentes o desemprego na área tecnológica, diminuindo o declínio do poder aquisitivo do consumidor, e acenando para uma depressão mundial de proporções e duração não estimadas e insertas.

Assim o conceito de que a inovação tecnológica estimula o crescimento permanente e o emprego tem enfrentado uma oposição ao longo dos anos. Segundo Marx, o mesmo argumenta que os produtores procuram continuamente reduzir os custos da mão-de-obra e obter maior controle sobre os meios de produção substituindo trabalhadores por bens de capital, sempre e onde for possível. Os capitalistas não lucram apenas com a maior produtividade, custos reduzidos e maior controle sobre o processo de produção, mas com a criação de um imenso exército de trabalhadores desempregados, cujo poder de trabalho está prontamente disponível para exploração em algum outro lugar da economia.

Marx, prognosticou que a maior automação da produção acabaria por eliminar completamente o trabalhador. Marx acreditava que o esforço constante dos produtores em continuar substituindo o trabalho humano por máquinas, acabaria se mostrando improdutivo. O que ele queria dizer é que eliminando a mão-de-obra humana do processo produtivo e criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados, cujos salários poderiam ser forçados cada vez mais para baixo, os capitalistas estariam cavando sua própria sepultura, pois haveria cada vez menos consumidores com suficiente poder aquisitivo para comprar seus produtos. Conseqüentemente o chamado exército de reserva estará a disposição, mas sem condições de incluir-se dentro do processo produtivo, estando e permanecendo à margem da sociedade.

2.3.1 Plano Real

O Plano Real é um marco histórico para o reencontro do País com a busca de melhores condições que este possa suprir, frente aos objetivos que se propõe. Porém, a estabilidade de preços não é suficiente para garantir a melhoria sustentada do bem-estar. A área social passa por dificuldade inúmeras como educação, moradia, saúde etc, que devem ser amenizadas com intuito de diminuir as desigualdades e corrigir as falha estruturais que o Brasil enfrenta na sua história. A inflação sendo amenizada, outros problemas, entre os quais a questão do emprego e da sua qualidade surgem com força na agenda nacional. O principal desafio é equalizar, compatibilizar eficiência no contexto da economia e do mercado de trabalho.

Segundo FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995, Pág. 05-13), o mercado de trabalho brasileiro, passou por grandes transformações na década de 90, de um lado a reorientação do modelo brasileiro de desenvolvimento que passou da industrialização protegida para uma economia aberta e competitiva, e por outro lado a análise da consolidação e busca da estabilidade da moeda (Plano Real). A inserção da economia brasileira no processo de globalização trouxe substanciais impactos sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas brasileiras e sobre o mercado de produto e de trabalho. A desindexação por sua vez conduziu empregadores e trabalhadores à livre negociação de seus interesses de natureza econômica diminuindo o grau de conflito nas relações de trabalho.

Em uma economia globalizada e competitiva, a questão central para o mercado de trabalho é que os aumentos de produtividade elevam a eficiência do sistema econômico e, assim as chances de sucesso de uma economia integrada internacionalmente, mas reduzem o impacto do crescimento da produção sobre a geração de empregos. O desafio reside em promover o desenvolvimento econômico sustentável de forma a dinamizar o mercado de trabalho, apesar dos menores

requisitos de emprego por unidade de produto e de investimento. É necessário e essencial assegurar um ciclo sustentado de crescimento junto ao processo de globalização. A globalização deve manifestar-se em menos exclusão social, pobreza e desigualdade, permitindo conciliar eficiência e equidade em uma economia internacionalmente competitiva.

Os requisitos que, podem ser discriminados a fim de enfrentar a questão do emprego em uma economia aberta e competitiva, residem em:

- a) assegurar a estabilidade buscando adequar definitivamente o déficit público;
- b) mudanças que levem a um crescimento econômico duradouro, gerando poupança e atraindo novos investimentos nacionais e estrangeiros, buscando desta forma dar continuidade aos ciclos de crescimento;
- c) investir em capital humano, na educação básica e secundária das crianças e jovens e sobretudo na formação profissional da força de trabalho;
- d) reformar as instituições que regulem o funcionamento do mercado de trabalho e os conflitos de natureza econômica entre empregadores e trabalhadores.

2.4 A POLÍTICA DE EMPREGO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Conforme análise de REIS (1995, pág197-198), na modernização das relações de trabalho, é necessário menos Estado e mais negociação na relação entre empregadores e trabalhadores. Assim, o país deve se afastar de uma tradição estatutária nas relações de trabalho e avançar na direção de um sistema de negócios cujo centro deve ser o contrato coletivo como instrumento da negociação coletiva. Assim sendo, o contrato coletivo só pode ser institucionalizado e ser eficaz na resolução de conflitos de interesse se o sindicato for fortalecido como entidade representativa dos trabalhadores.

Este fortalecimento exige que o país substitua a individualidade pelo pluralismo sindical, rompendo inclusive com a contribuição sindical, que é um dos mais importantes vínculos, herdado da era Vargas, de dependência dos sindicatos ao Estado.

Além do mais, o contrato coletivo só pode ser viabilizado se o papel da Justiça do Trabalho for redefinido no sentido de não mais arbitrar disputas de interesse econômico, restringindo sua atuação apenas à resolução dos conflitos de direito.

REIS (1995, pág 198), reafirma o papel do novo marco nas relações de trabalho para a política de emprego é estabelecer um maior poder de liberdade dos trabalhadores sobre seu posto de trabalho. Isto é, criar as condições para que, via negociação, os trabalhadores evitem que choques externos desemboquem no desemprego em decorrência de enrijecimentos nos sistemas de remuneração e de condições de trabalho (jornada, horas extras etc.).

Um maior espaço para negociações geraria assim uma maior flexibilidade sobre o emprego, evitando situações onde as demissões seriam a resultante inevitável de um processo de ajuste econômico no nível da empresa. Todavia, a ampliação das possibilidades de negociação depende, como se mencionou acima, das reformas nas relações de trabalho. Outra forma de flexibilizar o emprego é

ampliar o leque de possibilidades quanto a contratos de trabalho. Contratos mais flexíveis que assegurem direitos, mas que sejam mais adequados às características de uma economia aberta e competitiva, podem gerar empregos de boa qualidade.

A questão do emprego, assume no contexto da integração competitiva, contornos muito complexos que constituem um desafio para o Governo Federal e para a sociedade como um todo particularmente. O objetivo da ação governamental é aumentar a eficiência e a equidade no mercado de trabalho.

O caráter predominantemente estrutural do problema do emprego, agravado pelas recentes medidas de ajuste fiscal e monetário, e a necessidade de elevar o bem-estar dos trabalhadores exigem um conjunto de estratégias de curto, médio e longo prazos, cujo sucesso depende do grau de consenso entre governo, trabalhadores e empresários, nas ações para enfrentar o desemprego, para abrir novas oportunidades de trabalho e para melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira.

As políticas de Estado com relação à questão do emprego dividem-se em duas frentes, sendo uma programática e a outra normativa. Na primeira, compete ao Estado executar políticas de fomento ao emprego e à educação, qualificação e requalificação profissional, bem como buscar desenvolver programas de proteção ao trabalhador. Por outro lado a política normativa prevê a necessidade de modernizar as instituições que regem as relações entre capital e trabalho no País.

Em outro desdobramento, estas ações do governo, acabam gerando políticas ativas e passivas. As políticas ativas destinam-se à promoção do emprego, ao aumento da empregabilidade da força de trabalho, assim como à reforma do marco legal, visando a facilitar e a estimular a criação de empregos de qualidade. As políticas passivas visam à proteção do trabalhador desempregado.

As políticas ativas compreendem:

- a) política macroeconômica e a de desenvolvimento, inclusive as ações destinadas a atrair investimentos privados e a promover investimentos regionais e setoriais;
- b) a política de valorização da força de trabalho através dos investimentos em educação fundamental e de qualificação e requalificação profissional;
- c) a modernização da legislação trabalhista, inclusive as propostas destinadas a instituir novas formas de contrato e reduzir o custo não-salarial do trabalho;

As políticas passivas, destinadas a “proteger” os trabalhadores desempregados, constituindo-se:

- a) do instituto do seguro-desemprego;
- b) da intermediação da mão-de-obra.

2.4.1 As Políticas Ativas

A política macroeconômica, a melhor política do emprego é o crescimento econômico sustentado. É importante a conquista da estabilidade. Com inflação, o crescimento não ocorre. As reformas administrativas, previdenciária e tributária visam a erradicar as causas primárias da inflação que estão ligadas ao déficit público.

O Plano Real busca a estabilização das políticas monetária e cambial, além do que o programa de desestatização visa aliviar os problemas de financiamento do setor público e proporcionar maior eficiência à economia. As reformas acima descritas, virão a criar condições para que a economia melhore seu desempenho e obtenha as vantagens do processo de integração competitiva.

O problema do desemprego, além das questões abordadas no plano macroeconômico, reserva hoje aos governos de qualquer país, independentemente se desenvolvido ou não, um papel importante no desenvolvimento de políticas, ativas e passivas, no mercado de trabalho. No ano de 1995, o governo brasileiro avançou na direção de adicionar, implantar um conjunto diversificado de políticas

ativas de mercado de trabalho (formação profissional, crédito aos micro e pequenos empreendimentos, formais e informais, etc.), dentre elas, duas importantes constituem a base para a consolidação das políticas públicas de emprego. A primeira é o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, trata-se de um fundo que prevê o custeio de um mecanismo compensatório frente ao desemprego e, financia projetos de investimentos, através do BNDES, que podem ser direcionados para setores com maior potencial de geração de emprego. Além de tudo, estes recursos sustentam alguns dos principais instrumentos do conjunto de políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho, como a qualificação profissional e os programas de geração de emprego e renda. Esse mecanismo de financiamento através do FAT é um traço que diferencia o Brasil dos outros países, que tradicionalmente financiam essas ações através de recursos provenientes das contribuições sobre a folha de pagamento.

A segunda diz respeito às parcerias formadas nesse processo, envolvendo as instituições financeiras oficiais federais, os governos estaduais e municipais e a sociedade através do CODEFAT e das comissões estaduais e municipais de emprego. Além disso, a questão do emprego é hoje um dos principais itens da agenda de trabalho dos governos estaduais e das prefeituras. Isso fica claro, na preocupação em atrair investimentos e a buscar programas e ações ligados em específico às políticas ativas de mercado de trabalho.

A política de desenvolvimento é função da geração de empregos, esta depende do crescimento econômico sustentado, que, por sua vez, só pode ocorrer com a estabilidade da moeda.

Ao Estado cabe não apenas criar o ambiente institucional e econômico favorável à criação de empregos pelo setor privado, de origem nacional e ou estrangeira, mas desenvolver ações que busquem gerar emprego e renda, tanto nos micro e pequenos empreendimentos produtivos, formais e informais, quanto naqueles decorrentes de investimentos em infra-estrutura econômica e social.

O objetivo deve ser o de identificar setores e ou regiões que possam gerar empregos e novas oportunidades de trabalho, mobilizar a poupança nacional e externa, o crédito e a assistência técnica e gerencial para essas atividades, especialmente as que abrigam as pequenas e médias empresas, formais ou informais, as cooperativas e outras formas associativas de produção. Os trabalhadores por conta própria, inseridos no setor informal, devem ser objeto desses programas, uma vez que se encontram fora da rede de proteção social e apresentam dificuldades de acesso ao sistema formal de crédito.

2.4.2 A Política de Reestruturação Produtiva

A reestruturação produtiva, entendida como um processo de modernização da economia brasileira que garanta avanços significativos na nossa competitividade, é o caminho não só para a sobrevivência dos investimentos existentes como para a atração de novos investimentos.

A modernização pode no curto prazo, proteger alguns setores que dificilmente sobreviverão em um ambiente competitivo, além de tudo, pode vir a inibir a atração de novos investimentos, corre-se o risco de perder os empregos protegidos. Como o aprofundamento do processo de reestruturação produtiva pelo qual o Brasil vem passando é a garantia de combate ao desemprego, qualquer discussão séria sobre uma política de emprego passa, por uma reestruturação produtiva.

É necessário uma nova política industrial onde governo, empresários e trabalhadores impulsionem investimento e competitividade acelerando o processo de reestruturação produtiva.

A política de investimentos em infra-estrutura econômica e social visa a aumentar a capacidade produtiva da economia e a entrada de capital social básico, gerando empregos tanto na fase de implantação quanto na de funcionamento. Ademais, potencializa o emprego futuro ao expandir a gama de recursos da sociedade e da economia.

A ação do BNDES e os desembolsos realizados apontam para uma rede de setores que precisam ser apoiados. O primeiro são os chamados serviços sociais básicos, como saúde e educação, são setores vitais e essenciais na estratégia de desenvolvimento, além do que absorvem bastante mão-de-obra. No campo da educação o BNDES iniciou um trabalho de modernização de instituições de ensino superior públicas e privadas, com parcerias realizadas com MEC. Na área da saúde, o banco apoia hospitais que prestam serviços ao SUS, e, oferecem serviços ao setor privado, através de convênios. Os hospitais conseguem não apenas em equilíbrio financeiro, mas melhorar a qualidade dos serviços prestados a população.

Além da política de investimentos, o BNDES vem trabalhando com programas específicos que demonstram a preocupação com as profundas mudanças que vem ocorrendo no mercado de trabalho. A área social do banco desenvolveu um programa que busca apoiar os trabalhadores, de um modo geral qualificados, que vêm sendo demitidos em função dos processos de terceirização e desverticalização das empresas. Os objetivos são o de manutenção e geração de postos de trabalho. Uma característica importante desses projetos é o baixo volume de investimentos requeridos para a criação de novos postos de trabalho.

2.5 A POLÍTICA DE EMPREGO E O CUSTO DO TRABALHO OU ENCARGOS

Busca-se sobressaltar a reforma nos encargos sociais e estimular a geração de mais empregos e incentivar a formalização dos postos de trabalho, contribuindo para melhorar o nível de emprego.

Os encargos podem ser divididos em contribuições sociais e encargos trabalhistas propriamente ditos. As contribuições destinam-se à previdência social, ao salário-educação, a um fundo de acidentes de trabalho, às entidades privadas de serviço social e de formação profissional, ao Incra e ao Sebrae. Estas contribuições somadas correspondem por 27,8% da folha de salários por mês.

Os encargos trabalhistas representam os custos de demitir um trabalhador (indenização compensatória de 40% do FGTS e aviso prévio) ou de mantê-lo no emprego (13º salário, FGTS, férias remuneradas, um terço do salário como gratificação de férias). Estes encargos representam, em média 33,1% da folha, sendo que 5,7% respondem pelo custo de demitir e os restantes 27,4% para manter o trabalhador, com carteira assinada no seu posto de trabalho.

Cerca de 54,4% (33,1%/60,9%) dos encargos beneficiam diretamente os trabalhadores, quer durante a sua permanência no emprego (45,0% ou 27,4%/60,9%) , quer no ato de sua demissão (9,4% ou 5,7%/60,9%).

A parte dos encargos que cabe ao Governo é constituído pela contribuição das empresas para a previdência social, para o financiamento da complementação dos benefícios decorrentes de acidentes de trabalho e para o salário-educação. Constituem dessa forma um tributo sobre o trabalho e correspondem a 24,5% da folha salarial mensal, ou que representa por volta de 40,2% do total de encargos e contribuições sociais. Enfim, o que acaba acontecendo no Brasil é que se paga um salário baixo e ao mesmo tempo as empresas mesmo assim possuem encargos altos custando muito para as empresas que no Brasil muitas são pequenas ou médias empresas, principalmente. Desta forma a grande maioria destes encargos são obrigatórios, legais e permanentes, constituindo-se em um elevado custo fixo, que acaba por desestimular a contratação por tempo indeterminado.

Desta forma emprega-se menos gente pelo fato de os encargos sociais encarecerem o custo do trabalho para as empresas, ou também se emprega menos trabalhadores com carteira assinada e mais sem carteira, ou ainda sob formas disfarçadas de assalariados (autônomos).

A redução dos encargos sociais poderia estimular a geração de novos empregos e deverá incentivar a formalização de novos e antigos postos de trabalho. Independentemente do seu efeito sobre o nível e crescimento do emprego, a redução dos encargos sociais contribuiria para reduzir o custo das empresas e ao

mesmo tempo remover distorções na economia, particularmente no mercado de trabalho.

2.6 A POLÍTICA DE EMPREGO E A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

Um dos instrumentos eficazes da política de emprego é aumentar os atributos produtivos dos trabalhadores, de forma a aumentar suas chances de manter o posto de trabalho que detêm ou de aumentar suas possibilidades de obter o primeiro ou um novo emprego. Ademais, os investimentos no capital humano da força de trabalho elevam sua possibilidade de acessar empregos de melhor qualidade.

A forma mais eficaz de enfrentar tais desafios é prover uma educação fundamental de boa qualidade para todas as crianças em idade escolar, buscando amenizar ou extinguir o analfabetismo, diminuir a evasão e repetência e aumentar os anos de escolaridade da população com um todo. Leve-se em consideração que tal aspecto é a longo prazo para que surta seus efeitos e que ao mesmo tempo depende da prioridade atribuída pelo Governo a tal fato.

De outro lado, cobrar os trabalhadores nos dias atuais em que se fala de polivalência e flexibilidade, de certo ponto de vista é irracional, porém de outro lado quanto mais flexível o trabalhador, mais rapidamente ele se ajusta a mudanças tecnológicas e organizacionais, e para que isto ocorra há necessariamente que haver mais treinamento para o trabalhador.

Há consenso de que o sistema de formação profissional deve funcionar integrado ao sistema de intermediação e do seguro-desemprego, estruturando um sistema público de emprego. Desta forma, um trabalhador desempregado, enquanto se abriga na rede de proteção do seguro-desemprego, é submetido a um processo de educação profissional ou de requalificação para posteriormente ser recolocado no mercado de trabalho. Os cursos de formação profissional gerados pelo sistema Senai/Senac/Senar/Senat devem estar estruturados a fim de receber tamanha população buscando aperfeiçoamento.

3 A ATIVIDADE ECONÔMICA E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

Com o surgimento do sistema capitalista de produção e a utilização do trabalho assalariado em larga escala, emerge o mercado de trabalho como uma instituição funda mental ao funcionamento da economia. Pode assim ser entendido como a compra e venda de serviços de mão-de-obra, onde trabalhadores e empresários se “confrontam” e, determinam as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho.

Existem duas principais subdivisões ao mercado de trabalho. A primeira denomina-se formal, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo que são objeto de legislação específica que as regula. Por outra vertente, o mercado informal, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal, notadamente num país em desenvolvimento como o Brasil. A dimensão e o funcionamento do mercado informal⁶ estão correlacionados ao que ocorre no centro capitalista de produção, no qual surge o papel do mercado formal de trabalho.

A importância do mercado de trabalho pode ser observada sob três principais aspectos:

- 1 Microeconômico – esse mercado constitui-se num caso particular da teoria dos preços, sendo responsável na determinação dos níveis de salários e emprego.
- 4 Macroeconômico – contribui para a compreensão da determinação do nível de demanda agregada, do produto e do emprego, em que sua importância dá-se nos mercados de bens e serviços monetários e de títulos.
- 5 Socioeconômica – se formam inúmeras variáveis, em particular salários (reais e nominais) desemprego, rotatividade, produtividade, além de determinadas condições de trabalho e de subsistência dos indivíduos.

Em síntese, da ótica econômica, parte do ajuste da economia tem recaído no caso brasileiro, sobre o mercado de trabalho, com os trabalhadores penalizados na forma de quedas de salário real, elevação do desemprego, aumento da miséria e deterioração das condições de trabalho.

⁶ Mercado informal de trabalho : é o mercado em que prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental.

O mercado de trabalho implica no estudo e observação das principais variáveis que o determinam – salários, emprego, desemprego, rotatividade e produtividade – estão e são condicionadas pelo nível e pela flutuação da atividade econômica. Deve-se sobressaltar que o que ocorre com o mercado de trabalho são fatos interligados aos movimentos da atividade econômica.

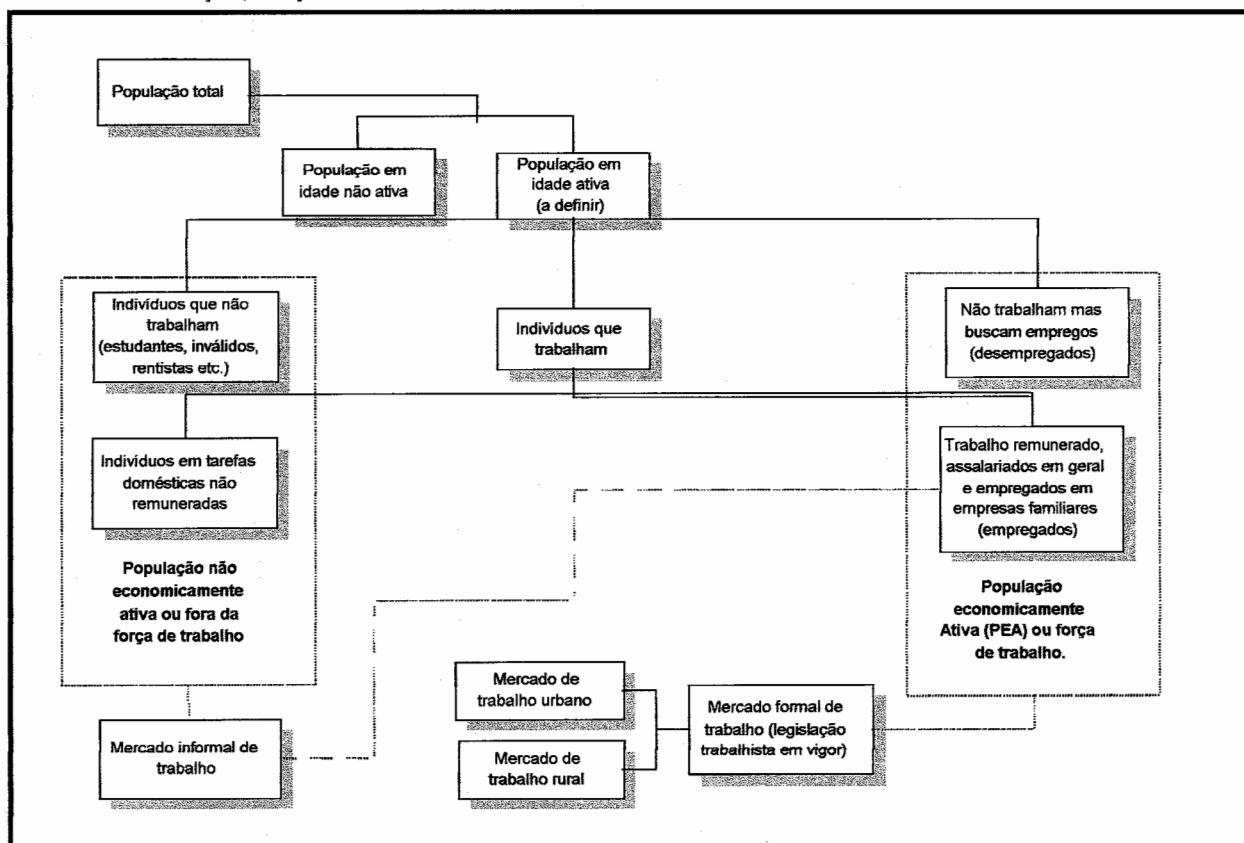
O crescimento econômico conduz ao crescimento dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os salários reais sobem pois com o crescimento, mais bens são colocados à disposição da coletividade, assim como o nível de produtividade do trabalho é maior. O emprego cresce porque se ampliam as oportunidades de trabalho, seja pelo surgimento de novas ocupações, seja pelo aumento de novas vagas de trabalho. A produtividade cresce, pois, utiliza maior quantidade de capital ou instrumentos de trabalho tecnologicamente mais avançados. A rotatividade cresce porque, com a ampliação das oportunidades de emprego, os trabalhadores têm maiores chances de mobilidade ocupacional, e ou entre firmas, ou buscam maior salário na mesma ocupação.

3.1 A FORÇA DE TRABALHO, PEA

Para que se possa entender o que vem a ser o mercado de trabalho, no que se refere a indivíduos que o constituem, é necessário, classificar a população segundo a atividade econômica que cada um exerce.

Entende-se por PEA o conjunto de elementos empregados e desempregados, num certo momento, embasados em uma pesquisa estatística, e na definição de atividade econômica dos indivíduos. A PEA é um subconjunto da população em idade ativa (PIA), conforme Figura 05 a seguir, a qual fornece, com algum grau de detalhe as categorias da população com relação à atividade econômica, partindo-se do total da população de uma país.

FIGURA 04 - POPULAÇÃO, FORÇA DE TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO.



FONTE : DIVA BENEVIDES PINHO E MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS, (2003, p. 386)

Deve-se proceder algumas observações de suma importância para compreensão:

- alguns indivíduos que não trabalham fazem parte do mercado informal, composto também por indivíduos que trabalham;
- o nível de participação na PEA pode alterar-se sem modificações originadas por aspectos demográficos;
- o critério para definir idade ativa é arbitrário, variando entre países, mas, em geral, contido no intervalo entre 10 e 15 anos de idade. No Brasil, adota-se o critério de 10 anos como limite mínimo para idade ativa;
- os desempregados autênticos representam um patamar mínimo de subutilização da mão-de-obra, desde que entre os empregados existam os subempregados;
- o fato de o indivíduo estar em idade ativa não o caracteriza como economicamente ativo;

- f) possuir capacidade para trabalhar também não assegura que o indivíduo seja economicamente ativo;
- g) desemprego não significa inatividade.

Deve-se levar em consideração que a força de trabalho não leva em consideração aspectos como nível educacional dos trabalhadores, experiência no trabalho, qualidade do trabalho, horas trabalhadas, entre outras variáveis que são determinantes do trabalho potencial dos indivíduos componentes do mercado de trabalho.

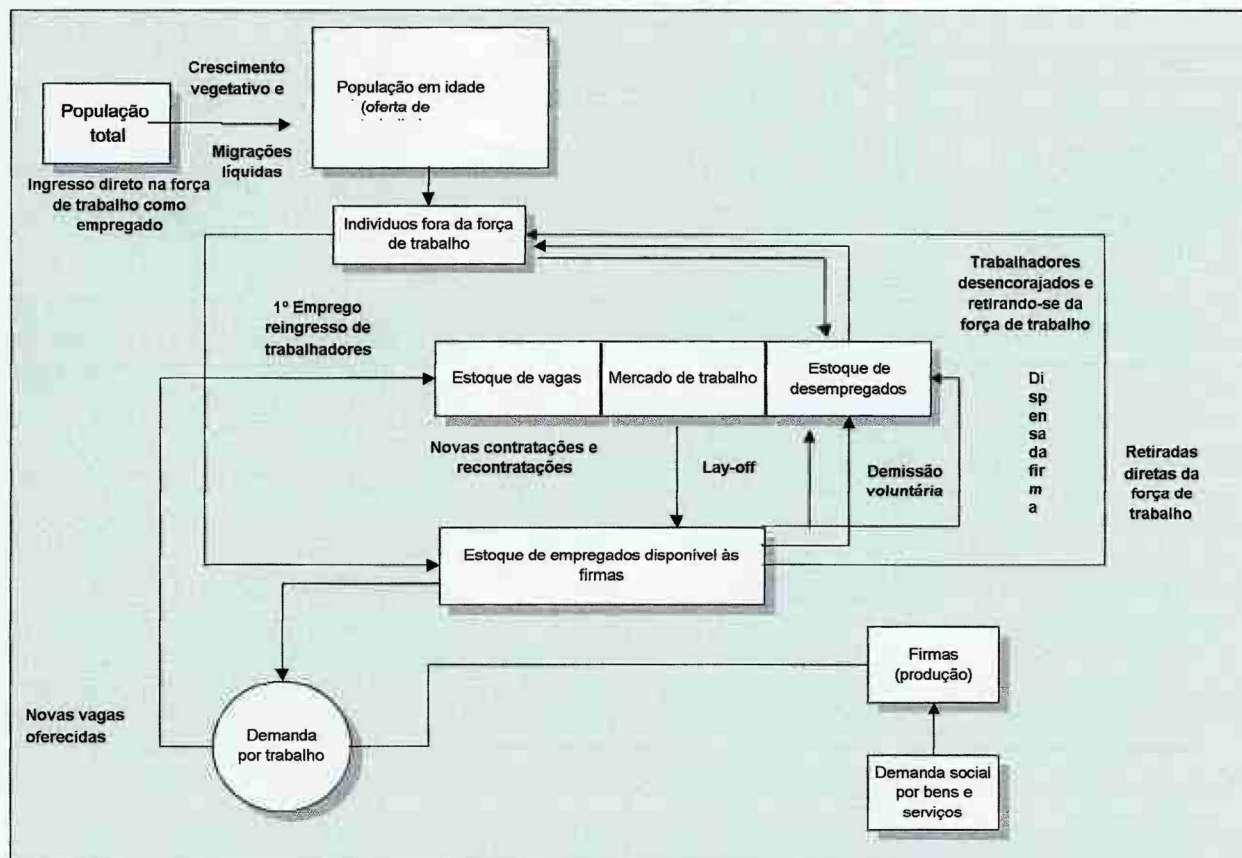
3.1.2 A dinâmica do mercado de trabalho

A figura (06), a seguir irá demonstrar nitidamente três grupos principais: o estoque de indivíduos fora da força de trabalho, o estoque de empregados e o estoque de desempregados. Torna-se indispensável conhecer o mercado de trabalho, indispensável sim, conhecer os movimentos dos trabalhadores entre as diversas categorias existentes.

As diversas categorias da população descritas estão em constante mudança, mutação, devido em parte às influências exercidas pelos ciclos da atividade de produção e o conseqüente impacto sobre a política de pessoal das firmas. Uma retração da atividade econômica, por exemplo, transforma um empregado em um desempregado, porém permanece inalterado o total da força de trabalho.

Por outro lado, podemos avaliar a retomada da atividade econômica, que reempregue um trabalhador, mantendo-se constante a força de trabalho, ainda que os “estoques” de empregados e desempregados se alterem.

FIGURA 05 - MOVIMENTO DE TRABALHADORES E A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO.



FONTE : DIVA BENEVIDES PINHO E MARCO ANTONIO SANDOVAL DE VASCONCELLOS, (2003, p. 387)

Ainda que o diagrama possa sugerir um volume de vagas igual ao número de desempregados, isso é difícil de acontecer no processo dinâmico que caracterizava esses movimentos no mercado de trabalho. Seja por pressões advindas do crescimento populacional e/ou por crises que diminuem a oferta de novos empregos ou eliminam alguns já existentes, a situação mais provável é caracterizada por escassez de demanda por trabalho. Isto é, o estoque de desempregados tende a ser maior que o número de vagas existentes. Além disso, o estoque de vagas pode elevar-se somente por ação do setor produtivo, tanto de origem privada com estatal.

Deve-se sobressaltar que aspectos relativos ao crescimento populacional, até mesmo decorrentes dos fluxos migratórios, tendem a afetar o tamanho da força de trabalho e, conseqüentemente, o mercado de trabalho, podem acontecer movimentos de trabalhadores para fora da região em questão, como a retirada de trabalhadores da força de trabalho. Nesse caso, quando essa retirada se faz por via da saída de um desempregado, é possível que tal diminuição seja artificial, pois o indivíduo não desejava tornar-se inativo, mas sim, se desestimulou a buscar

trabalho, em face da acentuada diminuição das oportunidades de emprego. Essa situação denomina-se “trabalhador desencorajado”, cuja consequência maior é levar a uma subestimação das estatísticas de desemprego. Ocorre principalmente em períodos de retração mais intensa da atividade econômica, quando as oportunidades de emprego se estreitam. Ainda há o “trabalhador adicional”, isto é, o elemento que na tentativa de recompor a renda familiar numa época de crise e não sendo o trabalho sua principal ocupação e por consequência não obtendo uma vaga, contribui para elevar as estatísticas de desemprego.

3.2 A DÉCADA DE 90 E OS SETORES INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

A análise realizada por MAGALHÃES (1998, p. 203-208), prevê nos setores da economia as seguintes situações que seguem:

Na indústria, a evolução do emprego apresenta duas fases distintas. Nos primeiros meses após a estabilização, entre julho de 1994 e março de 1995, o nível de emprego industrial aumentou de forma expressiva, acompanhando o rápido crescimento do produto na indústria, um resultado do forte choque positivo de demanda, decorrente da estabilização da economia, (Tabela1).

Depois, com início em abril de 1995, mostra uma persistente redução no nível de emprego no setor industrial das regiões metropolitanas brasileiras. O nível de emprego na indústria cai até o final de 1995, e depois com uma taxa relativamente mais lenta. A queda inicial do nível de emprego industrial refletiu as medidas de redução do crescimento econômico tomadas para enfrentar a crise do México.

Em agosto de 1997, nas regiões metropolitanas, a perda de emprego na indústria era de cinco pontos de porcentagem (se comparada a julho de 1994) e de doze pontos (se comparada a abril de 1995).

Ao contrário da indústria, o setor serviços foi um gerador líquido de empregos até dezembro de 1996. Desde o início do processo de estabilização, em julho de 1994, até esse mês, o emprego no setor serviços cresceu dez pontos de porcentagem. A partir daí observa-se no setor uma clara tendência à estagnação do emprego, que permanece basicamente constante até agosto de 1997.

Dividindo o setor serviços em subsetores, pode-se observar pela tabela 1 que todos apresentaram tendência ao crescimento até 1996, sendo que os serviços

distributivos e produtivos tiveram sua participação levemente aumentada no total e os serviços pessoais tiveram reduzida sua participação.

TABELA 1 - EMPREGO NO SETOR SERVIÇOS – 1989 - 1996

ANO	Serv. Comum.	Serv. Distribut.	Serv. Pessoais	Serv. Produtivos	Serv. Sociais
1989	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	93,2	104,5	105,9	100,2	104,2
1991	90,6	102,8	110,5	102,2	103,2
1992	90,5	96,1	102,3	94,6	97,8
1993	88,4	93,0	102,8	97,3	99,8
1994	90,7	97,8	107,3	99,0	102,7
1995	94,9	101,8	111,2	102,5	106,2
1996	95,3	104,9	110,9	107,4	108,1

FONTE: PME-IBGE

NOTA : Publicado em E. Amadeo e M. Néri, *Houve precarização do setor serviços? Qualidade dos trabalhadores e dos empregos entre 1989 e 1996*, p.12, mimeo, 1997.

Em 1995, o setor terciário já abrigava 73,4% das ocupações não-agrícolas e mais da metade (52%) da população ocupada do País. O ritmo da terceirização foi marcante, rompendo um equilíbrio histórico na absorção de mão-de-obra entre os setores industrial e de serviços, que vinha ocorrendo nas décadas anteriores.

O setor de serviços foi, também, o caminho da mão-de-obra que não mais

Já o nível de emprego no comércio apresenta um persistente aumento desde julho de 1994. O aumento é mais pronunciado até o final de 1995, mas persiste até agosto de 1997 (gráfico 3). Entre julho de 1994 e agosto de 1997 o nível de emprego no setor comércio aumentou dez pontos de percentagem.

Agregando a evolução do emprego nos três setores analisados, o nível geral de emprego apresenta um constante crescimento entre o início do período de estabilização, em julho de 1994, e meados do primeiro semestre de 1996, mais especificamente maio de 1996 (gráfico 4). A partir desse mês, o nível agregado de emprego tende a estabilizar-se seis pontos de percentagem acima do de julho de 1994.

Segundo MAGALHÃES (1998), no que se refere à variável emprego, os fatos estilizados mais importantes são: (a) redução do emprego industrial; (b) aumento do emprego no setor serviços até dezembro de 1996 e estabilidade desde então; (c) aumento do emprego no comércio até agosto de 1997; (d) aumento do nível geral de emprego até meados de 1996 e estabilidade desde então.

As estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 1990, 56,7% das pessoas acima de 10 anos de idade estavam participando do mercado de trabalho como ocupados ou procurando emprego. Em 1995, esse percentual subiu para 61,3%, representando um contingente de 74,1 milhões de pessoas. A força de trabalho cresceu 14,9% naquele período, o que significou um acréscimo médio de 1,9 milhão de pessoas por ano. O número de pessoas ocupadas aumentou, entre 1990 e 1993, em 7,5 milhões (12,1%). Mais recentemente, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) indicam que o nível de ocupação nas áreas metropolitanas cresceu 1,55% no período de janeiro-agosto de 1996.

4 A GLOBALIZAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E POLÍTICAS DO GOVERNO

A globalização gera efeitos sobre o mercado de trabalho e sobre os trabalhadores, assim, é necessário separar os impactos de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, existem custos sociais e econômicos de transição (desemprego, informalidade, obsolescência ocupacional, deslocamento setorial e regional do emprego) que exigem a atenção do Estado. O objetivo da política pública deve ser o de aliviar os custos sociais e econômicos da transição, a curto prazo, e gerar ações, que, a médio e longo prazos, permitam à sociedade e aos trabalhadores, em particular, obter os benefícios decorrentes da globalização.

4.1 DIAGNÓSTICOS DO MERCADO DE TRABALHO

4.1.1 A Oferta: Tendências no Crescimento da Força de Trabalho e sua Composição por Sexo e Idade

Durante a década de noventa, a população brasileira cresceu ao ritmo de 1,5% ao ano. O crescimento demográfico é bem menor do que o observado nos períodos intercensitários anteriores. A desaceleração do crescimento populacional deveu-se essencialmente à queda da taxa de fecundidade (número de filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva) que passou de 6,0 nos anos 60 para 2,3 nos anos 90. Entretanto, o crescimento da força de trabalho (População Economicamente Ativa - PEA) está estimado, para esta década, em uma taxa média anual de 2,7%, superior, não apenas ao da população como um todo, mas também ao da população em idade ativa (10 anos ou mais) que se vem expandindo à taxa média de 2,0% ao ano. Isso significa que, ao longo dos anos 90, a taxa de participação na força de trabalho, ou seja, a percentagem da população em idade ativa que está ocupada ou procurando trabalho, deverá manter, segundo as projeções, tendência de crescimento.

Uma das causas para os diferenciais nas taxas de crescimento desses segmentos populacionais reside no fato de que as pessoas que nasceram na época de alta fecundidade ainda estão pressionando o mercado de trabalho. Outra causa repousa na crescente incorporação das mulheres à força de trabalho. De fato, durante os anos 90, a PEA entre 25 e 49 anos e a PEA feminina estão crescendo ao

ritmo de 3,4% ao ano (Tabela2). Esses diferenciais irão manter-se, embora menores, até o final da primeira década do próximo milênio. Ou seja, pelo lado da oferta, o País terá de conviver com uma pressão, de origem demográfica, por mais empregos até o ano 2010. Nas seis áreas metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), que são investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME da FIBGE, a força de trabalho cresceu 2,2% entre janeiro de 1997 e janeiro de 1998, puxada pelo acréscimo de pessoas desocupadas ou procurando trabalho. Esses dados revelam que a busca por trabalho, particularmente nas principais áreas metropolitanas, continua intensa em devido ao crescimento demográfico que conduziu, no País como um todo, a um crescimento da população em idade ativa a uma taxa média anual de 2,1% entre 1992 e 1996.

TABELA 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E DA PEA NO BRASIL, ESTIMATIVAS E PROJETADAS 1980/2020 – Em (%)

INDICADORES POPULACIONAIS	1980/1990	1990/2000	2000/2010	2010/2020
População Total	2,00	1,50	1,10	0,70
População em Idade Ativa – PIA	2,40	2,00	1,40	1,00
População Economicamente Ativa – PEA	3,10	2,70	1,80	1,10
PEA Masculina	2,40	2,30	1,50	0,90
PEA Feminina	4,30	3,40	2,30	1,40
PEA 10 a 24 anos	1,60	1,60	-0,20	-0,60
PEA de 25 a 49 anos	4,00	3,20	2,10	0,80
PEA de 50 anos E +	3,40	3,40	4,20	3,80

FONTE : IBGE

NOTA : Projeções de PEA realizadas com base nas informações dos censos demográficos de 1980 e 1991, PNADs de 1976/1990, contagem da população e projeções populacionais do IBGE (1997).

A qualidade da força de trabalho é também baixa por padrões internacionais, ainda que tenha melhorado nos últimos anos. De fato, estimativas da média de escolaridade da PEA (10 anos ou mais) indicam que ela elevou-se de menos de 4 para 6,4 anos nesta década (6 anos para homens e 7 anos para mulheres, segundo a PNAD de 1996). Argentina e Chile já detinham, em 1992, uma média de

escolaridade acima dos 8 anos. O número de anos de estudo é maior entre os jovens, ou seja, a escolaridade decresce com a idade, conquanto, mesmo para este

grupo, ela não ultrapasse os 8 anos. Todavia, 63,3% dessa PEA detinham menos de oito anos de estudo, em 1996, ou seja, não concluiu sequer o primeiro grau. O diferencial rural - urbano de escolaridade média (3,7 anos) é expressivo (PEA Urbana, 7,2 anos; e PEA Rural, 3,5 anos). A baixa escolaridade da força de trabalho brasileira constitui uma séria desvantagem em uma economia aberta e competitiva, uma vez que os novos paradigmas tecnológicos e organizacionais são intensivos em conhecimento.

4.1.2 A Demanda, Principais Tendências Estruturais e o Crescimento da Ocupação Global

O número de pessoas ocupadas, segundo os dados da PNAD/FIBGE, aumentou entre 1992 e 1996, em 2,645 milhões (4,0%). A ocupação agrícola foi declinante no período (-1,853 milhões), mantendo a sua tendência histórica de perda de importância relativa e absoluta na ocupação total, enquanto a ocupação não-agrícola expandiu-se em 4,497 milhões de pessoas (Tabela 3). Esse crescimento mais do que compensou a perda da ocupação nas atividades agropecuárias, revelando que é cada vez mais nas atividades não-agrícolas que se situa a mais importante fonte de oportunidades de trabalho no País. Em 1996, todavia, enquanto a ocupação agrícola apresentava a maior perda no período, a ocupação não-agrícola revelava também um pequeno declínio, o que resultou em uma queda na ocupação total com relação a 1995 (Tabela 3).

TABELA 3 – OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLA – BRASIL 1992/1996 (Em 1.000 pessoas)

ANO	TOTAL	AGRÍCOLA	NÃO-AGRÍCOLA
1992	65.395	18.500	46.896
1993	66.570	18.254	48.316
1995	69.629	18.154	51.474
1996	68.040	16.647	51.393

FONTE : PNAD/IBGE

Mais recentemente, os dados da PME/IBGE indicam que o nível de ocupação, nas seis áreas metropolitanas já citadas, cresceu apenas 1,0% no período janeiro-dezembro de 1997. Esse pequeno crescimento na ocupação contrasta com o observado em igual período no ano de 1996 (2,97%). Entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998, o nível de ocupação caiu 1,2% nas áreas metropolitanas.

A queda na ocupação total, entre 1995 e 1996, a acentuada desaceleração no crescimento da ocupação metropolitana, entre 1996 e 1997, e o declínio no número de pessoas trabalhando, entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998, são indicadores de perda de dinamismo na geração de empregos.

Em relação a este dinamismo, a economia brasileira tem sido capaz de gerar novas ocupações. Cabe incluir nesta análise a qualidade dos postos de trabalho que foram criados no período.

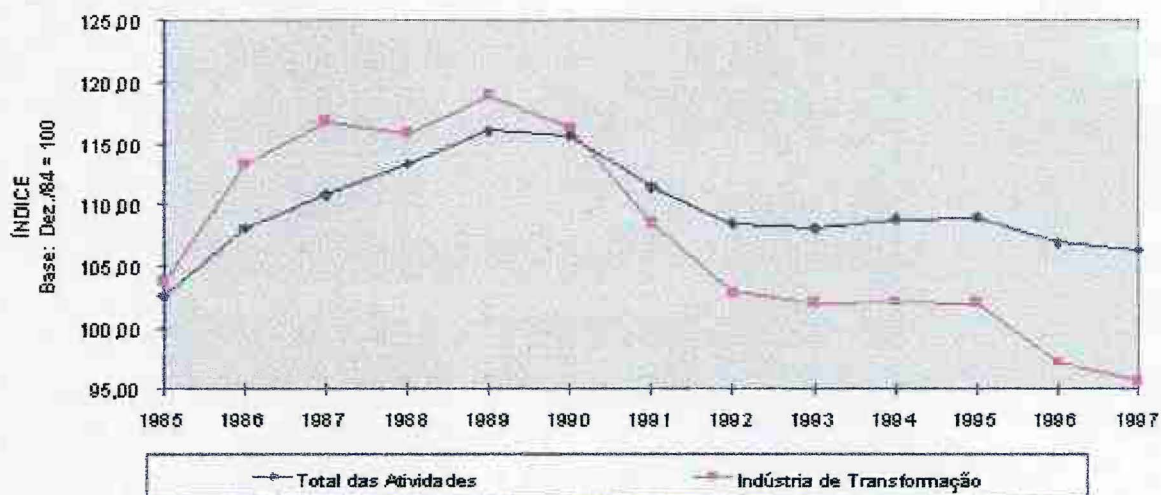
4.1.3 Declínio do Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do Ministério do Trabalho, no setor formal do mercado de trabalho, onde estão os trabalhadores protegidos por contratos de trabalho e pelos estatutos públicos, foram eliminados cerca de 2.560 milhões de empregos, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997. Cerca de 60,0% desses empregos situaram-se na indústria de transformação. O volume e a rapidez do declínio no número de postos de trabalho originam-se do processo de abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, característico do desenvolvimento brasileiro até o final dos anos 80. Três fatores explicam essa queda no emprego industrial.

- 1 O primeiro, na substituição da produção doméstica de bens comercializáveis internacionalmente por importados. Esse fator responde, segundo estudo do IPEA, pela eliminação de cerca de 560 mil empregos industriais até 1995;
- 2 O segundo, e mais importante, é externo (endógeno) ao processo de abertura comercial, repousando nos ganhos de produtividade que a indústria de transformação, ao se expor à competição internacional, teve que obter para fazer frente aos concorrentes externos e internos. Os ganhos de produtividade derivaram, essencialmente, da adoção de novas tecnologias, de inovações nos processos de organização social da produção e da adoção de novas formas de gerência. Esse ajuste está sendo severo em decorrência dos elevados níveis de ineficiência presentes no modelo anterior;
- 3 O terceiro, vincula-se ao processo de terceirização dos serviços pela indústria que, no contexto de uma ampla reestruturação produtiva, conduziu à transferência de postos de trabalho formais do Setor para o Terciário, Formal e Informal. Nestes últimos, é marcante a presença de pequenas e médias empresas, de assalariamento sem Carteira e de Trabalho por conta própria, inclusive em domicílio.

O Gráfico 1 mostra que a geração de emprego no Setor Formal tem uma tendência declinante a partir de 1990, explicada, em grande parte, pela queda do emprego industrial. Entre 1989 e 1997, o emprego formal como um todo declinou 8,4%. No mesmo período, a Indústria de Transformação apresentou uma queda de 19,5%. O Gráfico 2 evidencia que, enquanto o emprego industrial declinava de forma constante entre março de 1991 e dezembro de 1997 (-28,5%), a produtividade na Indústria de Transformação, medida por homens/hora, duplicava no período. Os ganhos de produtividade, tão importantes para aumentar a competitividade da economia e, assim, obter vantagens da globalização, têm efeitos perversos, entretanto, sobre o nível do emprego. Além disso, esse aumento de produtividade tem importantes conseqüências para a quantidade e a qualidade do emprego que a economia está gerando.

GRÁFICO 1 – ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO: TOTAL DAS ATIVIDADES E DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – BRASIL – 1985/1997



Fonte: CAGED - Lei n.º 4.923/65 - MITb

Sendo assim, no contexto do setor moderno, da inovação, dos novos paradigmas, é entre o crescimento da produtividade e o do emprego. Essa desconformidade constitui uma das mais importantes questões das economias em processo de inserção competitiva, onde, é essencial aumentar a produtividade para ganhar competitividade mas, ao mesmo tempo, é preciso e necessário elevar o nível e a qualidade dos empregos gerados para que a globalização traduza-se em melhores condições de vida para os trabalhadores.

A queda mais acentuada no nível de emprego formal foi observada no período de janeiro de 1990 a junho de 1994, quando a eliminação de postos de trabalho deu-se a uma média semestral de 187 mil empregos. A média de perdas caiu no período de julho de 1994 a dezembro de 1997 para cerca de 125 mil empregos por semestre (Tabela 4).

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL – BRASIL – 1990/1997

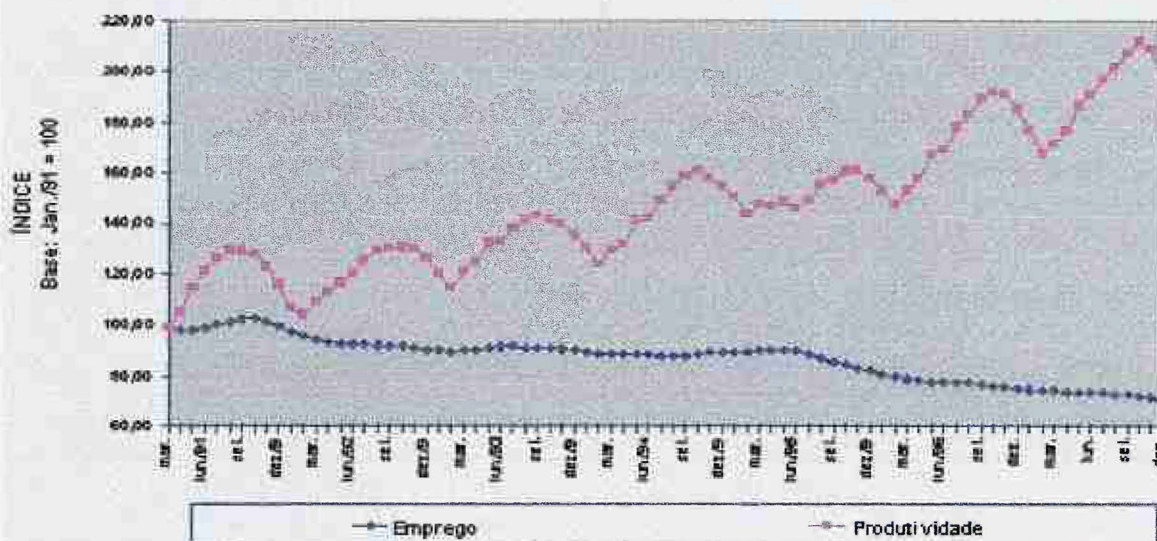
SETOR DE ATIVIDADE	JAN/1990 A JUN/1994				JUL/1994 A DEZ/1997			
	Admitidos	Desligados	Saldo	Saldo médio dos nove semestres no período	Admitidos	Desligados	Saldo	Saldo médio dos sete semestres no período
Indústria de Transformação	9.422.697	10.420.598	-997.901	-110.878	7.357.917	7.877.160	-519.243	-74.178
Outros	25.681.300	26.366.183	-684.883	-76.098	22.210.278	22.565.485	-355.207	-50.744
Total Atividades	35.103.997	36.786.781	-1.682.784	-186.976	29.568.195	30.442.645	-874.450	-124.921

FONTE : CAGED – Lei nº 4.923/65 - MTb

Os dados parecem indicar que os efeitos mais severos do processo de abertura comercial sobre o emprego formal, especialmente na indústria, ocorreu nos primeiros cinco anos dessa década quando as empresas brasileiras tiveram de realizar os primeiros e mais duros ajustes, buscando adequar-se ao ambiente de uma economia aberta e competitiva. É possível, que alguns setores da economia ainda sejam submetidos a ajustes nos próximos anos.

Em 1997, 35,7 mil empregos formais foram eliminados. Essa trajetória teve dois momentos distintos. Até outubro, houve um aumento da ocupação, especialmente em comparação com o ano anterior. Em novembro e, particularmente, em dezembro, a queda do emprego formal acelerou-se. De fato, em dezembro de 1997, o nível de emprego formal apresentou uma queda de 1,6%, sendo eliminados 335,6 mil postos de trabalho, dos quais 46,7% pertenciam à Indústria de Transformação. Essa queda foi geral, atingindo todas as grandes regiões, estados e áreas metropolitanas.

GRÁFICO 2 – ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL (HOMENS/HORA) MÉDIA TRIMESTRAL MÓVEL – BRASIL – JAN/91 A DEZ/97



FONTE : PIM/IBGE

Entretanto, nem todas as pessoas que perderam os seus empregos com Carteira assinada ficaram desempregadas. Parte desse contingente encontrou ocupações no Setor Terciário, Formal ou Informal.

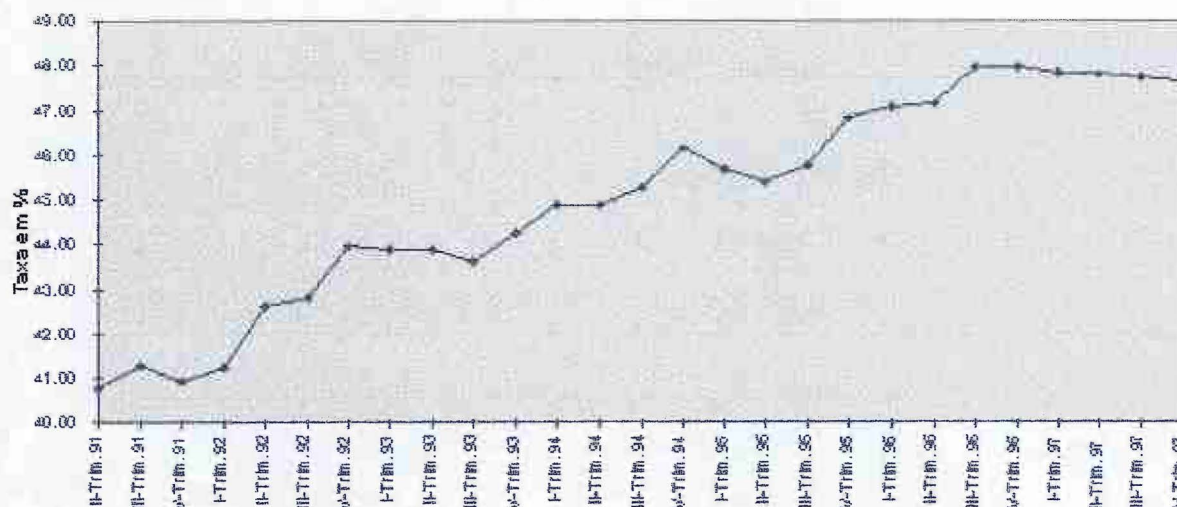
4.1.4 O Crescimento da Informalidade

A crescente participação dos assalariados com Carteira assinada no total de pessoas ocupadas reverteu-se, na década passada, por uma modificação significativa que vem ocorrendo desde 1990 na forma de entrada no mercado de trabalho.

Existe um descompasso no crescimento do emprego protegido (com Carteira) vis-à-vis a expansão do emprego assalariado sem Carteira assinada e dos chamados trabalhadores por conta-própria, ou seja, entre o mais moderno e socialmente mais protegido do mercado de trabalho e a sua parte excluída ou podemos chamar de periferia. O resultado desse processo tem sido acentuar a informalidade, revelando que se a economia brasileira, de um lado, está sendo capaz de gerar empregos, de outro, estes são, de baixa qualidade. De fato, para as seis áreas metropolitanas pesquisadas pela PME/FIBGE, os empregos com Carteira

no total da ocupação caiu de 53,8% no segundo trimestre de 1991, para 46,9% no quarto trimestre de 1997. A parcela do emprego sem Carteira e dos autônomos no total da população ocupada cresceu, respectivamente, de 20,8% para 24,6% e de quase 20,0% para 23,3%, durante o mesmo período. Dessa forma, o conjunto dos informais, tomados pela proporção dos trabalhadores sem Carteira e dos conta-própria no total da ocupação, cresceu de 40,8% para 47,7% durante o mesmo período (Gráfico 3). Ou seja, cada vez menos, a despeito dos direitos na CLT, está caindo o grau de proteção dos trabalhadores brasileiros, pelo contrato formal de trabalho. Essas mudanças ocorrem no sentido inverso do que seria esperado de um padrão clássico de emprego gerado por um mercado de trabalho moderno e que abriga seus participantes na rede de proteção social.

GRÁFICO 3 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS – EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIZAÇÃO * COM BASE NA MÉDIA MÓVEL TRIMESTRAL - 1991(II) A 1997 (IV)



FONTE : PME/IBGE

NOTA : *O grau de informalização é medido pela participação dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria no total dos ocupados

Nem todas as ocupações informais são de baixa qualidade. A presença do trabalho autônomo introduz uma nova visão quando analisamos o setor informal. De fato, ao se retirar da contagem dos informais o conjunto dos trabalhadores por conta-própria que recebem mais de cinco salários mínimos por mês, o grau de

informalização tende à estabilidade, especialmente a partir de 1994 quando o Plano Real mudou favoravelmente os preços relativos dos bens e serviços não-comercializáveis internacionalmente. Ou seja, a parcela de mão-de-obra qualificada que migrou para a condição de conta-própria não deve ser caracterizada como detentora de uma ocupação de baixa qualidade, à medida que detém capital humano e instrumentos de trabalho que elevaram a sua produtividade e os seus rendimentos.

4.1.5 Mudanças na Composição Regional do Emprego

Os dados da PNAD para o período 1992-1996 indicam que não houve, do ponto de vista da ocupação como um todo, qualquer mudança significativa na distribuição espacial do trabalho. Todavia, os dados da RAIS para o período 1990-1995 sugerem mudanças na composição regional do emprego formal (Tabela 5). As regiões Norte e Sudeste perderam importância relativa na geração do emprego formal, enquanto as regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste aumentaram a sua gravitação.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO EMPREGO FORMAL – BRASIL 1990/1995 (Em %)

ANO	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	IGNORADO	TOTAL
1990	5,05	15,82	56,25	16,90	5,97	0,00	100,00
1991	3,57	15,93	56,35	16,18	6,28	1,70	100,00
1992	3,47	15,58	56,26	17,09	6,18	1,42	100,00
1993	3,84	15,53	55,64	17,26	6,47	1,26	100,00
1994	3,77	15,48	55,83	17,49	6,72	0,72	100,00
1995	3,83	16,22	55,79	17,26	6,85	0,04	100,00

FONTE : RAIS/MTb

Em 1997, enquanto as regiões metropolitanas apresentavam uma queda de 49,5 mil empregos, o interior do País evidenciou um saldo positivo de 13,8 mil postos de trabalho.

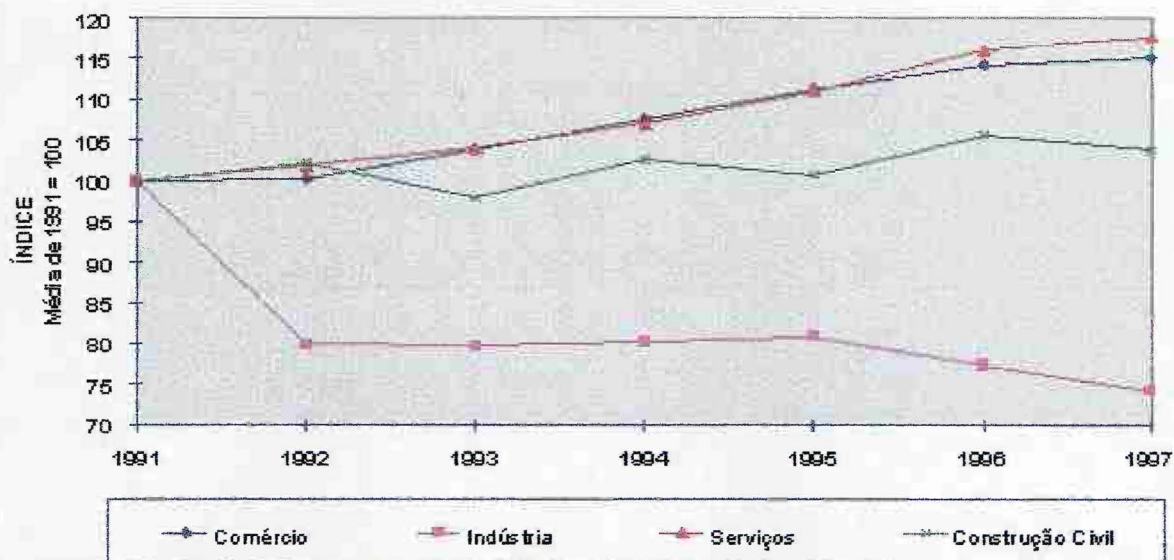
4.1.6 Mudanças na Composição Setorial do Emprego

A maior geração de empregos deslocou-se da atividade industrial, nos anos 70, para o Setor de Serviço, nos anos 80 e 90. Em 1992, o Setor Terciário e a Indústria de Transformação respondiam, respectivamente, por 71,6% e 19,8% da ocupação não-agrícola (dados da PNAD). Em 1996, o Setor Terciário abrigava 73,7% da ocupação não-agrícola e mais da metade da população ocupada do País, enquanto a indústria reduziu sua participação para 17,9%.

O setor de serviços foi, também, o caminho da mão-de-obra que não mais conseguiu encontrar ocupação em um Setor Industrial sob forte pressão competitiva. Essa pressão é consequência das práticas de ajuste e do processo de terceirização de serviços promovidos pelas empresas brasileiras, o que provocou a transferência de empregos do Setor Secundário para o Terciário. Ocorre que é sobretudo nas atividades terciárias que se concentra grande parte da informalidade observada na população ocupada.

O Gráfico 4 deixa claro que, nas seis áreas metropolitanas onde se realizou o levantamento mensal pela FIBGE, o crescimento da ocupação, no período 1991/1997, concentrou-se mais nos Serviços e no Comércio e menos na Construção Civil. Para a Indústria, a ocupação é declinante no período como um todo. O reflexo desse diferencial de crescimento intersetorial é o aumento da importância relativa de outros setores que não a Indústria no total da ocupação.

GRÁFICO 4 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS – ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SETORIAL COM BASE NA MÉDIA MENSAL ANUAL - 1991-1997



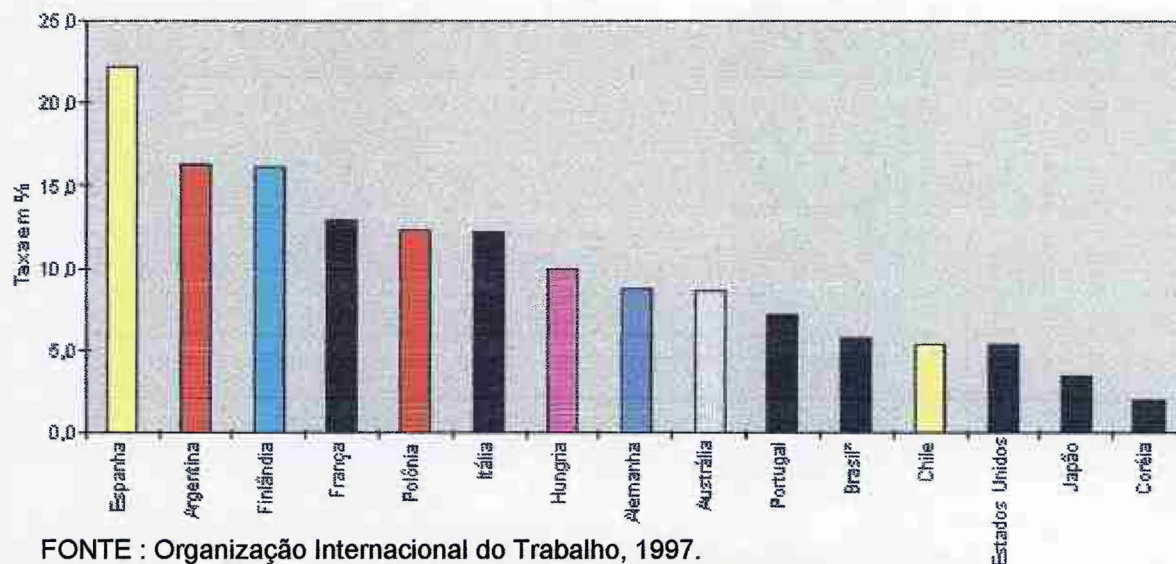
FONTE : PME/IBGE

Em um contexto de grandes transformações, a economia brasileira tem gerado ocupações, em sua maioria terciárias, formais ou informais, para a grande maioria das pessoas que entram no mercado de trabalho. O ajuste do mercado de trabalho brasileiro, entretanto, ocorre mais pela via da informalização do que pela via do desemprego aberto. Esse, porém está assumindo, recentemente, uma dimensão cada vez mais relevante nesse processo.

4.1.7 O Descompasso entre a Oferta e a Demanda de Trabalho: o Desemprego Aberto

O Gráfico 5 revela que a taxa de desemprego no Brasil situava-se, em 1996/1997, em patamares relativamente baixos (5,66%) em comparação com outros países, especialmente Espanha (22,2%), Argentina (16,3%), Polônia (12,3%), França (12,9%) e Itália (12,1%), entre outros. A taxa brasileira está mais próxima da dos Estados Unidos, Coréia e Japão.

GRÁFICO 5 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO EM PAÍSES SELECIONADOS – 1996-1997



FONTE : Organização Internacional do Trabalho, 1997.

* Refere-se à medida das seis áreas metropolitanas em 1997. Outros países 1996.

O Gráfico 6 apresenta a média anual das taxas de desemprego para as seis áreas metropolitanas cobertas pela PME/IBGE no período 1982/1997.

1. O conceito de desemprego aberto refere-se àquelas pessoas que, na semana de referência da pesquisa, não exerciam qualquer atividade econômica, mas que estavam ativamente à busca de trabalho. A taxa de desemprego é medida pela proporção da PEA que está desocupada (buscando trabalho). A taxa de desemprego brasileira refere-se à média das seis áreas metropolitanas pesquisadas pela PME/FIBGE. As taxas para os outros países têm cobertura nacional e referem-se a 1996. A taxa de desemprego varia com o ciclo econômico, como pode ser observado a partir do Gráfico 6 que descreve a sua tendência no período 1982/1997. Dado que o nível de atividade é sensível às contingências da política macroeconômica, ajustes na política fiscal, monetária e cambial têm impacto sobre o nível de emprego.

GRÁFICO 6 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO MÉDIA ANUAL 1982-1997

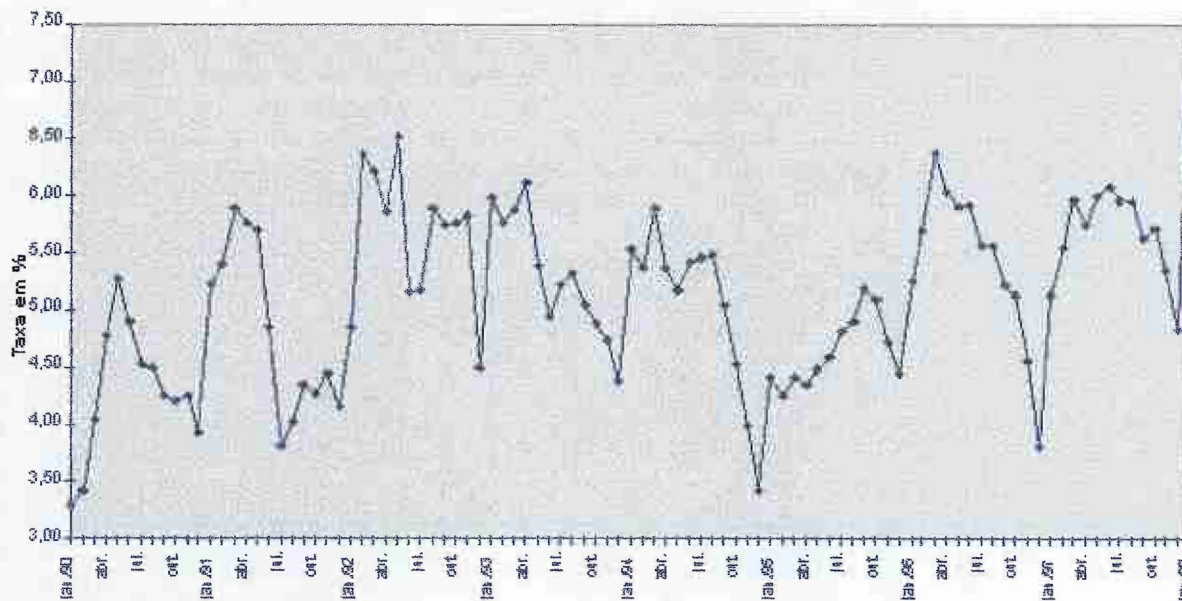


FONTE : PME/IBGE

Em um segundo momento, o desemprego eleva-se com a recessão de 1990/1992 e começa a declinar com a recuperação iniciada em 1993, consolidando sua queda após a implantação do Plano Real, em 1994. Finalmente, a partir de 1995, o desemprego tende a elevar-se, passando para 5,42%, em 1996, e para 5,66%, em 1997.

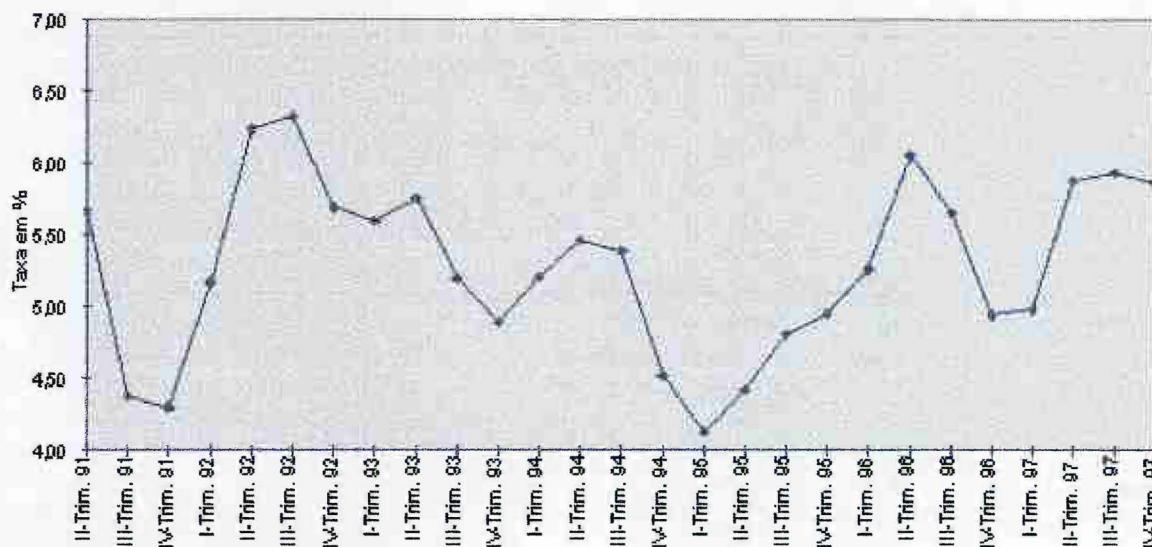
As tendências mais recentes na evolução da taxa de desemprego evidenciam sua elevação a partir de 1995, com a média anual aproximando-se gradativamente de um novo patamar mais próximo agora dos 6,0% (Gráfico 7). Essa tendência é mais visível ao se computarem as médias móveis trimestrais (Gráfico 8). De fato, observa-se que, após declinar a partir do terceiro trimestre de 1992, a taxa de desemprego apresenta uma tendência crescente que se inicia no primeiro trimestre de 1995.

GRÁFICO 7 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS EVOLUÇÃO DA
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – JAN/90-JAN/98



FONTE : PME/IBGE

GRÁFICO 8 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS EVOLUÇÃO DA TAXA DE
DESEMPREGO COM BASE NA MÉDIA MÓVEL TRIMESTRAL 1991(II) A
1997(IV)



FONTE : PME/IBGE

Em janeiro de 1998, a taxa média de desemprego para as seis RMs elevou-se para 7,25%, um acréscimo substancial com relação a dezembro (4,84%). A aceleração da taxa de desemprego no período mais recente é evidente a partir dos

dados da Tabela 6, na qual é apresentada a razão entre a taxa de desemprego do mês com relação ao mesmo mês do ano anterior. Ressalte-se que, a partir de maio de 1997, a razão é superior à unidade e crescente. A taxa de desemprego em janeiro de 1998 foi superior em 41,0% à taxa observada no mesmo mês do ano anterior. Em maio de 1997, tinha sido apenas 2% acima do mesmo mês de 1996.

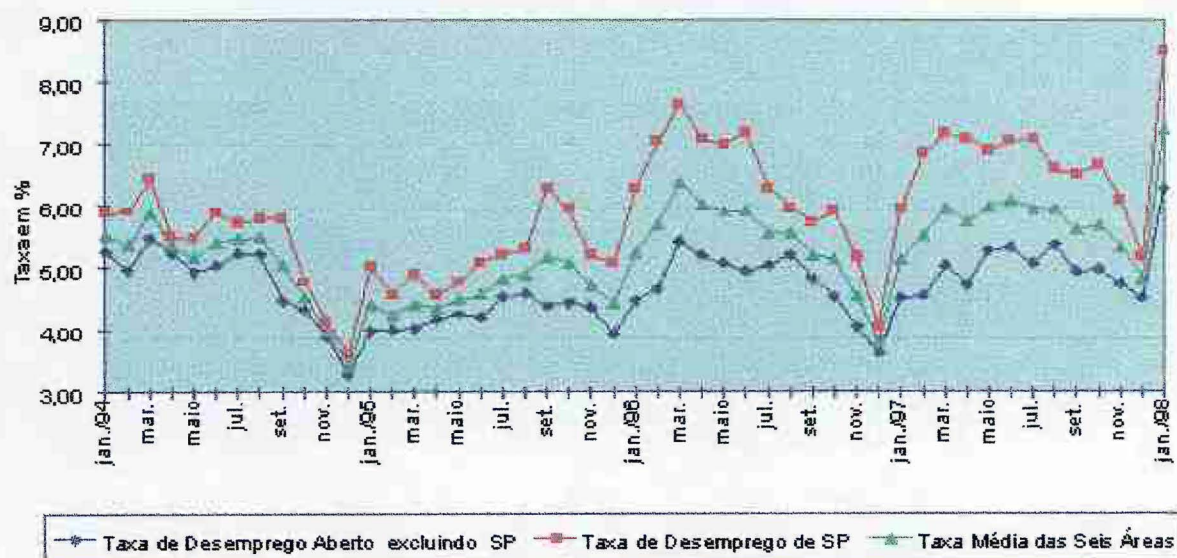
TABELA 6 – MÉDIA DAS ÁREAS METROPOLITANAS, TAXA MENSAL DE DESEMPREGO ABERTO E RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS – BRASIL – 1994/1998.

MESES	ANO					RELAÇÃO ANO			
	1994	1995	1996	1997	1998	1995/1994	1996/1995	1997/1996	1998/1997
JAN.	5,54	4,42	5,26	5,14	7,25	0,80	1,19	0,98	1,41
FEV.	5,37	4,25	5,70	5,55	-	0,79	1,34	0,97	-
MAR.	5,90	4,42	6,38	5,97	-	0,75	1,44	0,94	-
ABR.	5,37	4,35	6,03	5,75	-	0,81	1,39	0,95	-
MAIO	5,18	4,49	5,91	6,00	-	0,87	1,32	1,02	-
JUN.	5,42	4,59	5,92	6,09	-	0,85	1,29	1,03	-
JUL.	5,46	4,83	5,58	5,97	-	0,88	1,16	1,07	-
AGO.	5,49	4,90	5,56	5,95	-	0,89	1,13	1,07	-
SET.	5,05	5,19	5,23	5,63	-	1,03	1,01	1,08	-
OUT.	4,53	5,09	5,14	5,71	-	1,12	1,01	1,11	-
NOV.	4,00	4,72	4,56	5,35	-	1,18	0,97	1,17	-
DEZ.	3,42	4,44	3,82	4,84	-	1,30	0,86	1,27	-

FONTE : PME/IBGE

A área metropolitana de São Paulo tem um peso considerável na trajetória e nível da taxa de desemprego aberto (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 – ÁREA METROPOLITANA DE SÃO PAULO, MÉDIA DAS CINCO ÁREAS (RECIFE, SALVADOR, PORTO ALEGRE, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO) E MÉDIA DAS SEIS ÁREAS EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO – 1994-1998



FONTE : PME/IBGE

De fato, ao se excluir São Paulo, a taxa média de desemprego para as demais cinco áreas metropolitanas apresenta nível inferior àquela evidenciada para o conjunto das seis RMs. Em 1997, enquanto a média anual da taxa de desemprego aberto para São Paulo foi de 6,6%, a taxa média para as demais RMs situou-se em 4,93%. Essa evidência coloca a RM de São Paulo no cerne do desemprego metropolitano do País.

O aumento recente na taxa de desemprego tem uma componente sazonal. No primeiro trimestre, o desemprego eleva-se por dois fatores. O primeiro fator relaciona-se com as demissões ocorridas ao final do ano, especialmente no Setor de Comércio, devido à passagem do período de festas. O segundo repousa do lado da oferta, já que, nesse período, muitas pessoas que concluem ou evadem cursos, em diversos níveis, buscam trabalho pela primeira vez. Nesse período, a força de trabalho aumenta, especialmente entre os jovens, acentuando-se a demanda por empregos. No segundo semestre, as taxas tendem a cair, uma vez que o nível de atividade econômica aumenta, dinamizando o mercado de trabalho, pelas encomendas que o comércio realiza junto à indústria em preparação para o período de final do ano. A taxa de desemprego para janeiro de 1998 reflete de maneira mais dramática do que nos anos anteriores essa sazonalidade, ainda que o aumento observado com relação a dezembro de 1997 contenha, também, fatores de natureza conjuntural e estrutural. A PEA, entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998, cresceu 1,4%. Todavia, esse aumento deveu-se exclusivamente ao crescimento das pessoas desocupadas ou procurando trabalho (52,8%), uma vez que a ocupação apresentou um declínio de 1,2% com relação a dezembro. Isso explica a variação da taxa de desemprego de 4,84% para 7,25% de um mês para o outro.

A taxa de desemprego varia com o ciclo econômico, como pode ser observado a partir do Gráfico 6 que descreve a sua tendência no período 1982/1997. Dado que o nível de atividade é sensível às contingências da política macroeconômica, ajustes na política fiscal, monetária e cambial têm impacto sobre o nível de emprego. Isso foi o que ocorreu em maio de 1995 e deverá ocorrer no primeiro trimestre de 1998, em decorrência do ajuste que o Governo teve que operar na política econômica para defender o Real em resposta à crise asiática. O aumento observado na taxa de desemprego em janeiro de 1998 contém uma componente

que reflete o ajuste monetário e fiscal realizado pelo Governo em novembro de 1997.

Além disso, o contingenciamento do setor externo e a questão fiscal vêm impondo limites ao crescimento da economia. Com uma trajetória de crescimento abaixo da sua tendência histórica e dado o ritmo de aumento da PEA, a taxa de desemprego tende a se elevar.

Ademais dessas questões sazonais e conjunturais, um fenômeno estrutural que se reflete no desemprego vem sendo observado na economia brasileira. Parte do recente aumento do desemprego deve-se, também, à reestruturação tecnológica e à adoção de novas formas de organização do trabalho e de gerência, que as empresas brasileiras vêm praticando com o objetivo de reduzir custos e de aumentar a competitividade no contexto de uma economia aberta e globalizada.

Esse fenômeno, de natureza estrutural, vem tendo efeitos significativos sobre o mercado de trabalho brasileiro e deve ser separado dos efeitos de curto prazo, decorrentes do ajuste da economia que o Governo teve que realizar para assegurar o sucesso do Plano Real. As demissões nos setores de autopeças, de confecções, de calçados e têxtil fazem parte dessa questão estrutural. Os aumentos de produtividade registrados na economia brasileira, especialmente na Indústria de Transformação, também se inserem nesse contexto.

As taxas de desemprego diferem entre as seis RMs. Para Belo Horizonte, Rio e Porto Alegre a taxa de desemprego é inferior à média. Para Salvador, Recife e São Paulo ocorre o contrário. No caso de Recife, o diferencial com relação à média vem diminuindo, especialmente a partir de 1994, enquanto o reverso ocorre para a RM de São Paulo (Tabela 6). Entretanto, a tendência para a RM de Recife apresentou uma inversão importante em janeiro de 1998.

TABELA 7 – ÁREAS METROPOLITANAS, TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE DESEMPREGO, RELAÇÃO COM A TAXA MÉDIA DAS SEIS REGIÕES METROPOLITANAS – BRASIL – 1990/1997

ÁREAS	ANO							
METROPOLITANAS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
RECIFE	1,32	1,22	1,52	1,68	1,34	1,17	1,04	1,04
SALVADOR	1,26	1,22	1,17	1,24	1,40	1,48	1,26	1,37
BELO HORIZONTE	0,96	0,85	0,82	0,84	0,85	0,81	0,85	0,90
RIO DE JANEIRO	0,82	0,74	0,67	0,77	0,81	0,74	0,67	0,66
SÃO PAULO	1,06	1,14	1,14	1,08	1,07	1,11	1,16	1,17
PORTO ALEGRE	0,87	0,90	0,97	0,76	0,82	0,96	1,09	0,97
D _t	4,28	4,83	5,66	5,31	5,06	4,64	5,42	5,66

FONTE : PME/IBGE

Em decorrência do comportamento diferenciado do emprego formal entre as áreas metropolitanas e não-metropolitanas, é possível inferir que a taxa de desemprego nas áreas urbanas não-metropolitanas seja inferior ao observado para o conjunto das RMs, ainda que esse diferencial possa diminuir ao longo do tempo por um mecanismo de difusão espacial do desemprego urbano.

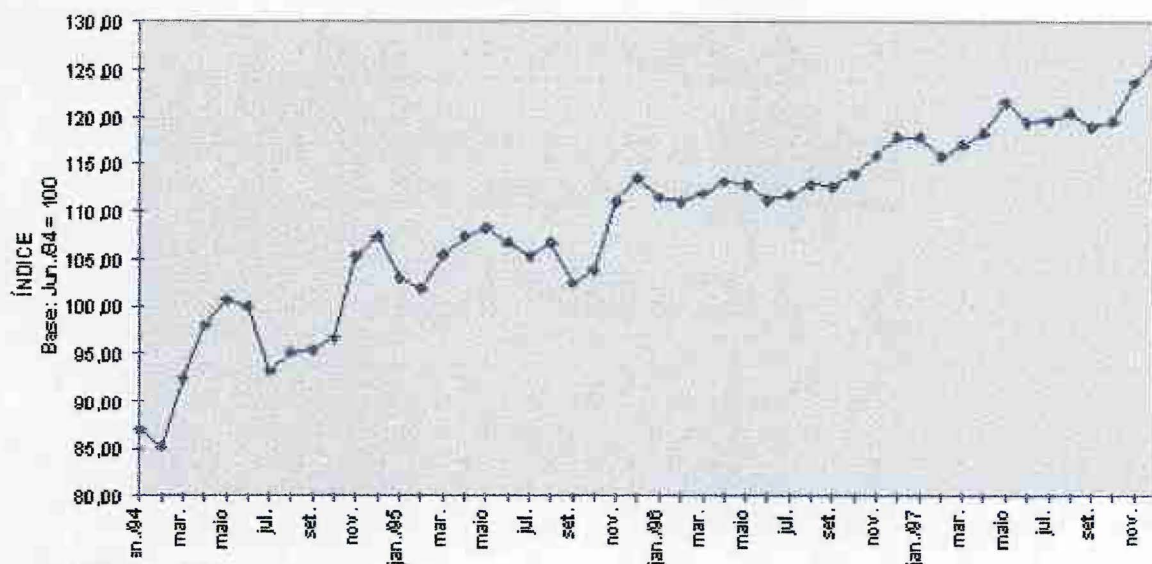
A incidência do desemprego é diferenciada por sexo e idade. É mais alta para os jovens e para as mulheres. Desde 1995 vem aumentando entre os homens e as mulheres e para todos os grupos etários. A taxa de desemprego feminino aumentou de 4,8%, em 1995, para 6,3%, em 1997. Na faixa etária dos 18 aos 24 anos, no mesmo período, a taxa elevou-se de 9,2% para 10,9%. As tabelas apresentam as taxas específicas por sexo e idade para o período 1991/1997. Mais recentemente, as taxas masculina e feminina subiram, respectivamente, de 4,5% e 5,3%, em dezembro de 1997, para 6,7% e 8,1%, em janeiro de 1998.

O impacto social do desemprego é tanto maior quanto mais ele incide sobre os chefes de domicílio. Entre dezembro último e janeiro de 1998, a taxa de desemprego dos chefes de domicílio elevou-se de 2,80% para 4,25% nas seis áreas metropolitanas. Isso indica que o desemprego está, também, atingindo mais intensamente um grupo que pela sua vinculação ao mercado de trabalho e por suas responsabilidades familiares multiplica o impacto social da desocupação. Além disso, estudos indicam que o desemprego do chefe conduz a um aumento da oferta de trabalho dos demais membros da família, elevando ainda mais a busca por trabalho e, conseqüentemente, a taxa de desemprego.

4.1.8 Os Rendimentos, o Custo e a Produtividade do Trabalho: Tendências, Composição e Distribuição

Os indicadores de salário indicam uma tendência de alta desde 1994. O Gráfico 10 evidencia que o crescimento do salário médio real da FIESP, durante o período de janeiro de 1994 a dezembro de 1997, foi de 43,7%. No mesmo período, segundo os dados do MTb/CAGED, o salário real de contratação cresceu 36,6% em termos reais. Nos dois casos, há uma desaceleração do crescimento a partir de 1995, quando começaram a se exaurir os efeitos da eliminação do imposto inflacionário sobre os salários.

GRÁFICO 10 – ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÉDIO REAL – FIESP –
JAN/94 A DEZ/97

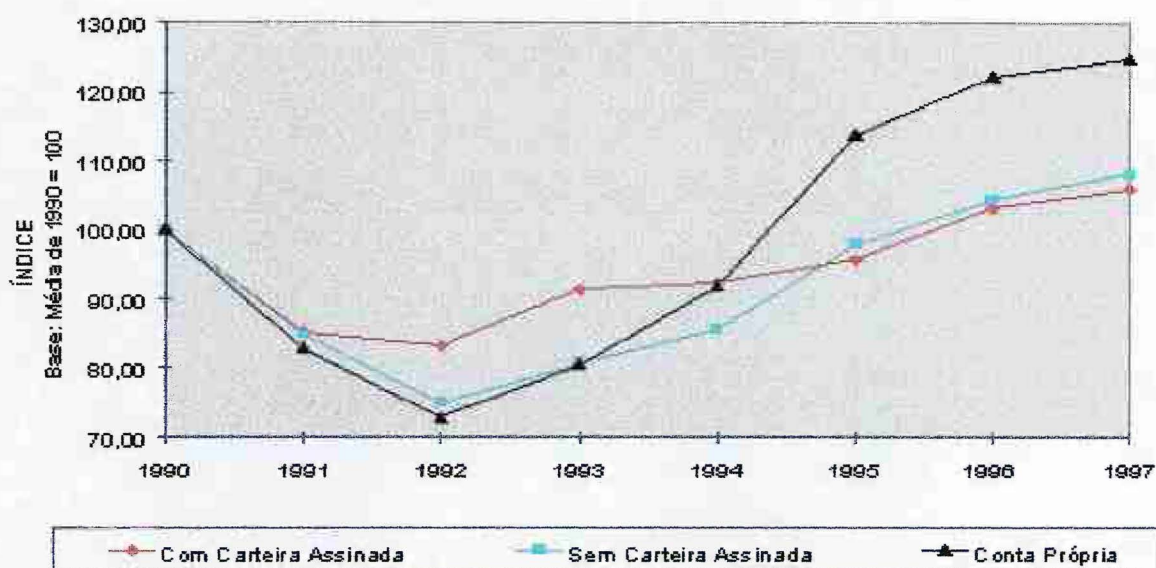


FONTE : FIESP

A lenta recuperação dos rendimentos reais do trabalho observada desde 1992 foi acelerada, a partir de julho de 1994, com a implantação do Plano Real. O Gráfico 11 destaca a evolução dos rendimentos reais do trabalho (média anual) nas seis áreas metropolitanas cobertas pela PME/IBGE.

Pelo Gráfico 11, verifica-se que o aumento menos significativo dos rendimentos reais ocorreu exatamente para o segmento de trabalhadores formais, protegidos por contratos assinados em Carteira. Esse segmento teve um acréscimo de 36,4% nos seus rendimentos reais, entre julho de 1994 e dezembro de 1997. Enquanto isso, no mesmo período, os trabalhadores por conta própria tiveram um aumento de 46,5% e os assalariados sem Carteira de 54,9% nos seus rendimentos reais. De forma consistente com os indicadores anteriores, está ocorrendo uma desaceleração no aumento desses rendimentos. O ano de 1997 encerrou-se com uma variação média dos rendimentos reais das pessoas ocupadas de apenas 2,0% com relação ao ano anterior. Para o conjunto das áreas metropolitanas pesquisadas pela FIBGE, esse crescimento foi bem inferior aos 7,0% observados em 1996 com relação a 1995.

GRÁFICO 11 – MÉDIA DAS SEIS ÁREAS METROPOLITANAS ÍNDICE DA EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO REAL DO PESSOAL



FONTE : PME/FIBGE

Os rendimentos reais, portanto, aumentaram na proporção inversa ao rendimento médio de cada posição na ocupação (empregados com Carteira, conta própria e sem Carteira), ou seja, quanto maior o rendimento médio, menor foi o aumento de renda. Dados do IPEA mostram que, entre 1994 e 1996, a parte da renda apropriada pelos 50% mais pobres (da população com rendimentos) aumentou um ponto percentual, enquanto a parcela dos 20% mais ricos reduziu sua participação em 2,3 pontos percentuais. Isso indica que os rendimentos mais baixos cresceram mais do que os rendimentos mais altos, reduzindo-se a desigualdade. Além disso, cerca de 12 milhões de pessoas romperam a linha de pobreza nas principais áreas metropolitanas.

Com o sucesso do Plano Real, os trabalhadores obtiveram ganhos reais de rendimento. Contudo, tais ganhos estão perdendo ímpeto. A distribuição pessoal da renda melhorou, mas a participação da renda do trabalho na renda nacional caiu em função dos diferenciais de crescimento da produtividade e dos salários.

No passado, em um ambiente inflacionário e em uma economia protegida por altas barreiras alfandegárias, os empresários repassavam aumentos de salário para os preços sem se sentirem ameaçados pelos competidores externos. Dessa forma, recompunham as suas margens de lucro e evitavam qualquer efeito redistributivo

dos ganhos reais dos salários. Com a abertura comercial, o sucesso do plano de estabilização e a desindexação dos salários, os mecanismos que provocavam a espiral preços/salários foram eliminados. Os reajustes salariais estão ocorrendo cada vez mais em decorrência da negociação direta entre empregadores e trabalhadores.

A redução no número de dissídios coletivos e o aumento na autocomposição dos interesses econômicos pelos atores sociais indicam um menor grau de conflito nas relações capital/trabalho. A única política salarial vigente é a do salário mínimo, cujo reajuste é ditado atualmente mais por razões de natureza fiscal do que por sua vinculação ao mercado formal de trabalho. De fato, os reajustes salariais livremente negociados estão desvinculados da inflação passada e os pisos salariais têm sido estabelecidos acima do salário mínimo.

Para que os trabalhadores aumentem a sua participação na renda nacional é necessário que tenham acesso aos ganhos de produtividade. Para tal, é importante que os rendimentos reais do trabalho cresçam mais que a produtividade sem que haja prejuízo, todavia, para a competitividade da economia. Em 1995, o crescimento dos salários reais na Indústria foi superior ao crescimento da produtividade. Contudo, para os anos seguintes, enquanto a produtividade mantinha sua trajetória de crescimento, os rendimentos do trabalho assalariado no setor perderam ímpeto, revertendo-se, assim, o aumento da parcela salarial observado em 1995.

O custo unitário do trabalho medido em dólares norte-americanos elevou-se substancialmente entre janeiro de 1994 e junho de 1995 para depois manter uma tendência de queda. Essa subida afetou negativamente a competitividade dos bens comercializáveis internacionalmente. Apesar de cadente, o custo unitário do trabalho mantinha-se até outubro de 1997 em patamares bem acima do observado em 1993.

A economia brasileira, em resumo, está perdendo dinamismo na geração de empregos. Dentre os empregos criados, uma parte substancial é de baixa qualidade. De um lado, há uma crescente informalização da força de trabalho, conjugada a um processo de terceirização da ocupação. De outro, o desemprego é crescente, especialmente nas principais áreas metropolitanas.

Dada a situação acima descrita, cabe descrever as políticas de emprego que estão sendo implementadas para enfrentar o problema.

CONCLUSÃO

Quando tudo dava a impressão de que a classe trabalhadora brasileira estava prestes a entrar no chamado "PRIMEIRO MUNDO", se desenvolvia a Terceira Revolução industrial, isto, é, as alterações e ou inovações trazidas pela presença cada vez mais forte da microeletrônica, da informática e dos processos de produção e administração poupadores de mão-de-obra. Ela surge de um vasto conjunto de transformações produtivas e tecnológicas que foram desgastando as estruturas do mundo do trabalho e em particular das empresas.

A crise do mercado de trabalho foi associada à elevação do número de trabalhadores sem contrato de trabalho, ao desgaste e diminuição dos salários, ao aumento do setor informal (trabalhadores sem carteira assinada) e ao crescimento acentuado da desigualdade de renda dos indivíduos e das famílias, além de tudo à redução brusca da importância do emprego industrial.

Iniciada na década de 80, e hoje mais vivo do que nunca, a crise é resultado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento com suas bases ligadas a exclusão social de uma parcela da população e também uma transformação produtiva do mundo industrial. A questão é que o Brasil tem extrema urgência e necessidade de adequar-se aos novos rumos da economia mundial. O mundo do trabalho está passando por uma revolução nas suas estruturas, ou seja, está gerando inseguranças, mudando antigos processos de trabalho.

O alto custo da mão-de-obra, com salários e encargos sociais, tem levado as indústrias a optar pela automatização. Com a concorrência globalizada, a velocidade se torna fundamental para que se encurte o período entre planejamento, fabricação e o novo produto. A este processo chamamos de ciclo de vida do produto, onde ele nasce, é colocado no mercado, chega ao seu auge e morre e assim este ciclo se repete.

Na década de 90, dentro do chamado fenômeno da globalização, iniciou-se um processo de abertura da economia brasileira ao mercado externo. Por mais que em certo aspecto fossem beneficiados com a enorme quantidade de produtos mais baratos vindos do exterior, contribuiu também para que muitas empresas brasileiras, que não se haviam modernizado o suficiente, sofressem o impacto da concorrência internacional, fechando as portas.

Assim, a “competição” e ou versatilidade econômica tem forçado as empresas a buscar eficácia em suas atividades, num mercado como já dito acima cada vez mais inseguro e em constantes mudanças. O sistema de produção torna-se mais flexível e, as empresas se vêem obrigadas a realizar alterações constantes em seus métodos, sejam estes de produção e ou administrativos cada vez mais curtos por sinal.

E diretamente os trabalhadores são afetados pois o recondicionamento e treinamentos constantes é que garantem uma posição no mercado frente a revolução tecnológica existente.

Os empresários, forçam mudanças na legislação trabalhista, ou mesmo buscam fugir dos encargos incidentes na folha de pagamento. E assim de outro lado, os sindicatos acabam muitas vezes se sentindo fracos para manter o emprego aos que não conseguem acompanhar a evolução das tecnologias, e desta forma acabam por defender a manutenção do emprego mesmo com a perda de algumas conquistas.

As empresas exigem cada vez mais “flexibilização” da mão-de-obra. Isso quer dizer que desejam convencer os trabalhadores a abrir mão de seus direitos e assim impor jornadas de trabalho sem horário definido e com menos benefícios sociais.

Um aspecto importante e ao mesmo tempo preocupante é observarmos em alguns setores da sociedade o trabalho do menor, as vezes no sentido de complementação da renda familiar, também é a proteção contra a marginalidade com uma criança a menos na rua. A questão que se coloca é que, se por um lado é

benéfico, no sentido social os novos tempos vão em busca de mão-de-obra não apenas mais barata, mas sim com um mínimo de qualificação, o que acarreta a falta de estudo, condições de trabalho, inadequadas e conseqüentemente um futuro incerto onde continuarão sendo “escravos” de um mundo transformado tecnologicamente e onde não terão espaço para desenvolver suas atividades.

Karl Marx (1818-1883), em *O Capital*, diz que não basta que apareçam as condições de trabalho para que as pessoas que nada têm para vender, a não ser sua força de trabalho, façam-no “voluntariamente” para um empregador. A formação de um assalariado requer uma transformação de valores, de tradição e de costumes. Ou seja subentende-se uma cultura para que o assalariado esteja predisposto a aceitar o trabalho como uma lei “natural” e evidente. A ligação entre estes parágrafos, está justamente em que esta formação cultural do assalariado não é formada para uma criança, ao contrário, lhe é ceifada a oportunidade de ter condições e oportunidades adequadas ao seu desenvolvimento pessoal, no que tange a experiência profissional e em sua conduta social como cidadão brasileiro frente a seus direitos e deveres.

De forma direta o desemprego estrutural é causado pela globalização pois é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para “desfazer” o mercado de trabalho para as pessoas que precisam vender sua capacidade de produzir.

Frente ao exposto acima, pode-se afirmar que perante ao processo de globalização que o Brasil enfrenta, se o país continuar tomando medidas paliativas de governo em governo, jamais a questão estrutural será sanada. Isto leva necessariamente ao contínuo processo de desemprego uma vez que a falta de cultura, a pouca tecnologia que se dispõe e ainda a deterioração das relações trabalhistas entre outros aspectos inerentes ao processo irão gradativamente impactar em uma sociedade cada vez mais decadente e o mais grave sem

condições de buscar meios a fim de equacionar tal problema - desemprego. O crescimento e desenvolvimento econômico são as alavancas mestras para este processo, para que a economia não fique a deriva de ciclos econômicos inconstantes, mas sim de ciclos que sejam responsáveis pela inserção forte e concisa da Nação na chamada Terceira Revolução Industrial.

REFERÊNCIAS

- BRASÍLIA. Ministério do Trabalho (1998). **Emprego no Brasil, diagnóstico e políticas**. Distrito Federal, 1998. 45p.
- DRUCKER, Peter Ferdinand; **Administração, tarefas, responsabilidades, práticas**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Mercado de Trabalho e a Geração de Empregos**. Distrito Federal : Secretaria de Comunicação Social, 1996. 36p.
- FORTES, Heráclito; PELÁEZ, Carlos Manuel. **A Política, a Economia e a Globalização do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- FROYEN, Richard, T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira; **Economia Brasileira**. Fundamentos e atualidades. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEITE, José Alfredo. **A Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. São Paulo: Atlas, 1994.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida; MINEIRO Adhemar dos Santos; ELIAS, Luiz Antonio. **Vinte anos de política econômica**. São Paulo : Corecon-RJ, Sindecon-RJ, IERJ. Contraponto. 1999.
- MASI, Domenico. (Org.) **A Economia do Ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- MIGLIORI, Jorge. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.) & PINHO, Diva Benevides. **Economia e Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PINDYCK, Robert. S & RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1994.
- RIFKIN, Jeremy. **Fim dos empregos: O declínio inevitável dos níveis de empregos**. São Paulo : Makron Books, 1995.
- REGO, José Márcio. (Org.) **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- REIS, João Paulo Veloso dos. **O Real e o Futuro da Economia**. São Paulo: José Olympio, 1995.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Mutações do Trabalho**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1999. 127 f.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

TAVARES, Maria Conceição da. Desnacionalização e Vulnerabilidade Externa. **Folha de São Paulo**, 03 dez. 2000. p. 2-2.

WOLTERS, Gabriela. Trabalho infantil. **Folha de São Paulo**, 01 mai. 1997. p. 2-12.

ZYLBERSTANJN, Hélio; BALBINOTTO, Giacomoto Neto. As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego. **Estudos Econômicos**, São Paulo : [s.n.] 29 (1): 129-149, jan-mar. 1999.